**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA)** **EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM DUAS SÉRIES, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.**

entre

**RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.**

*como Emissora*

**OPEA SECURITIZADORA S.A.**

*na qualidade de Debenturista*

e

**ROBERTO TONIETTO**

*como Garantidor*

18 de março de 2022

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA)** **EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM DUAS SÉRIES,** **PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Alcides Longhi, 220, Loteamento Villagio Iguatemi, bairro Sanvitto, CEP 95.012-348, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob nº 07.520.438/0001-40, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Emissora”);

**OPEA SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Europa, CEP 01.455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.773.542/0001-22, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social (“Debenturista” ou “Securitizadora”);

E, na qualidade de garantidor e fiador no âmbito da Emissão (conforme definido abaixo):

**ROBERTO TONIETTO**, brasileiro, casado pelo regime da separação de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 7019744379 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“CPF/ME”) sob o nº 477.578.920-15, com endereço comercial na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio grande do Sul, na Rua Alcides Longhi, 220, CEP 95012-348 (“Garantidor”);

sendo a Emissora, o Debenturista e o Garantidor doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

**CONSIDERANDO QUE**:

1. a Emissora tem interesse em emitir debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, de sua 2ª (segunda) emissão, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, para colocação privada, nos termos desta Escritura de Emissão (abaixo definida), a serem subscritas e integralizadas de forma privada pelo Debenturista;
2. os recursos a serem captados, por meio das Debêntures, deverão ser utilizados, exclusivamente conforme a Destinação de Recursos prevista na Cláusula 3.5 abaixo;
3. após a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pela Debenturista, a Debenturista será a única titular das Debêntures, passando a ser credora de todas as obrigações, principais e acessórias, devidas pela Emissora no âmbito das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, as quais representam Direito Creditório do Agronegócio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076 (abaixo definida) e do artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, da Instrução CVM 600, nos termos desta Escritura de Emissão;
4. o Agente Fiduciário dos CRA, a ser contratado por meio do termo de securitização a ser celebrado entre o Agente Fiduciário dos CRA e a Securitizadora (“Termo de Securitização”), acompanhará a Destinação de Recursos captados com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 3.5 desta Escritura de Emissão;
5. a emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”) da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 24ª (vigésima quarta) emissão da Debenturista, aos quais os Direitos Creditórios do Agronegócio serão vinculados como lastro por meio da celebração do Termo de Securitização, entre a Debenturista e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Sala 132, Parte, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário dos CRA"), nos termos da Instrução CVM 600 ("Securitização"); e
6. a totalidade dos CRA será distribuída por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, em regime de garantia firme de colocação sob o montante de R$100.000.000,00 (cem milhões reais), nos termos da Instrução CVM 476, da Instrução CVM 600 e das demais disposições legais e regulamentares em vigor ("Oferta"), e serão destinados aos Investidores (conforme definição abaixo), sendo os Investidores que efetivamente subscreverem e integralizarem os CRA no âmbito da Oferta ou no mercado secundário denominados "Titulares dos CRA".

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da RodOil Distribuidora de Combustíveis S.A.”* (“Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I**

**AUTORIZAÇÃO**

* 1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação da assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 16 de março de 2022 (“Aprovação Societária da Emissora”), a qual aprovou: (i) a Emissão (conforme definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (ii) a autorização para a outorga, pela Emissora, de todas e quaisquer garantias vinculadas à Emissão, incluindo, sem limitação, a Cessão Fiduciária de Recebíveis e a Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras (conforme definido abaixo); (iii) a autorização aos diretores da Emissora para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrarem todos os documentos necessários à Emissão e à constituição das Garantias (conforme definido abaixo), incluindo, sem limitação, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Garantia (conforme definido abaixo) e de todos e quaisquer documentos, instrumentos ou notificações (a) previstos na Escritura de Emissão, no Termo de Securitização, no Contrato de Garantia, ou (b) necessários para a efetivação dos negócios e operações previstas em tais instrumentos (todos os documentos aqui previstos e seus aditamentos, em conjunto, os “Documentos da Operação”); e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima.
  2. Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação à outorga da Fiança pelo Garantidor, uma vez que se trata de pessoa física.

**CLÁUSULA II**

**REQUISITOS**

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em duas séries, para colocação privada, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), será realizada com observância aos seguintes requisitos:

* 1. **Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

* + 1. A Emissão de Debêntures não será objeto de registro pela CVM ou pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), uma vez que as Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, ou qualquer esforço de colocação perante investidores indeterminados, observado o disposto na Cláusula 2.6 abaixo.
  1. **Arquivamento na Junta Comercial e Publicação das Atas dos Atos Societários**
     1. Nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da Aprovação Societária da Emissora deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (“JUCISRS”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal “Correio do Povo” (“Jornais de Publicação”). A Emissora se compromete a enviar ao Debenturista 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) da respectiva ata, contendo a chancela digital comprovando o arquivamento na JUCISRS e respectivas publicações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção do referido registro ou publicação. Sem prejuízo, serão consideradas Condições Precedentes das Debêntures (conforme definido abaixo) nos termos da Cláusula 4.7.3, o recebimento pelo Debenturista e pelo Agente Fiduciário dos CRA (i) de evidência da realização do protocolo para registro da Aprovação Societária junto à JUCISRS, e (ii) cópia das publicações da Aprovação Societária nos Jornais de Publicação.
     2. Caso a Emissora não providencie os registros ou as publicações previstas na Cláusula 2.2.1 acima, a Debenturista poderá promovê-los, com recursos do patrimônio separado, devendo a Emissora e o Garantidor, individual e solidariamente, arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros e publicações mediante comunicação nesse sentido. A eventual realização do registro ou publicação pelo Debenturista não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora e do Garantidor, nos termos desta Escritura de Emissão.
  2. **Arquivamento na Junta Comercial e Registro nos RTDs da Escritura de Emissão**
     1. Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCISRS. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão apresentados pela Emissora para arquivamento na JUCISRS em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua respectiva assinatura. Sem prejuízo, será considerada Condição Precedente das Debêntures (conforme definido abaixo) nos termos da Cláusula 4.7.3, o recebimento pelo Debenturista e pelo Agente Fiduciário dos CRA de evidência da realização do protocolo para registro da Escritura de Emissão junto à JUCISRS.
     2. Uma cópia eletrônica (PDF) desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, contendo a chancela digital comprovando o arquivamento na JUCISRS deverão ser enviadas ao Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA, conforme aplicável, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento.
     3. Em virtude da Fiança (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura de Emissão deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua assinatura, ser protocolada para registro no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos do domicílio de todas as partes e intervenientes (“RTD”), bem como seus eventuais aditamentos, deverão ser protocolados para registro no RTD no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva assinatura, observado, em qualquer caso, que os registros desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos perante os RTDs deverão sempre ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data de sua respectiva assinatura, observado que, em caso de formulação de exigências e/ou demora pelo respectivo RTD, mediante a comprovação pela Emissora, referido prazo será prorrogado automaticamente por até 1 (um) igual período. A Emissora compromete-se a enviar ao Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) desta Escritura de Emissão e dos seus eventuais aditamentos, devidamente registrados em tais RTDs, conforme aplicável, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros. Sem prejuízo, será considerada Condição Precedente das Debêntures (conforme definido abaixo) nos termos da Cláusula 4.7.3, o recebimento pelo Debenturista e pelo Agente Fiduciário dos CRA de evidência da realização do protocolo para registro da Escritura de Emissão junto aos RTDs competentes.
     4. Caso, quando da realização do protocolo para arquivamento da ata da AGE da Emissora, a respectiva junta comercial estiver com as operações suspensas para fins de recebimento do protocolo (seja de forma online ou presencial) e/ou não esteja prestando os serviços de forma regular, exclusivamente em decorrência da pandemia da COVID-19, a ata da AGE Emissora será: (i) protocolada para arquivamento no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que em que a respectiva junta comercial restabelecer a prestação regular de seus serviços, e (ii) arquivada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que a respectiva junta comercial restabelecer a prestação regular dos seus serviços, nos termos do artigo 6°, inciso II, da Lei n° 14.030, de 28 de julho de 2020 (“Lei 14.030”), observado que, em caso de formulação de exigências pela respectiva junta comercial, mediante a comprovação pela Emissora, referido prazo será prorrogado pelo prazo em que a respectiva junta comercial levar para conceder o registro, sem que seja considerado vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
  3. **Registro do “*Livro de Registro de Debêntures Nominativas”* e “*Livro de Registro de Transferência de Debêntures Nominativas”***
     1. Serão devidamente arquivados e registrados na JUCISRS um “Livro de Registro de Debêntures Nominativas”, no qual constarão as condições essenciais da Emissão e das Debêntures, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações (“Livro de Registro”), e um “Livro de Registro de Transferência de Debêntures Nominativas”, no qual serão registradas as transferências das Debêntures entre seus titulares (“Livro de Transferência” e, em conjunto com o Livro de Registro, os “Livros de Debêntures”). Os Livros de Debêntures serão lavrados por meio exclusivamente digital, nos termos atualmente aceitos pela JUCISRS, observado o disposto na Cláusula 2.3.4.
  4. **Registro das Garantias Reais** 
     1. O “Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” (“Contrato de Garantia”), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a este instrumento, serão registrados no(s) competente(s) RTD(s), conforme estipulado no respectivo instrumento e nos prazos lá previstos. Sem prejuízo, será considerada Condição Precedente das Debêntures (conforme definido abaixo) nos termos da Cláusula 4.7.3, o recebimento pelo Debenturista e pelo Agente Fiduciário dos CRA de evidência da realização do protocolo para registro do Contrato de Garantia junto aos RTDs competentes.
  5. **Colocação e Negociação**
     1. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme em vigor (“Lei de Mercado de Valores Mobiliários”), e ao registro perante a ANBIMA, conforme previsto na Cláusula 2.1 acima.
     2. As Debêntures não serão registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As Debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização.

**CLÁUSULA III**

**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

* 1. **Objeto Social da Emissora**
     1. Nos termos do artigo 3º de seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social a atividade de importação, exportação e distribuição de combustíveis líquidos derivados do petróleo, álcool, combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada e autorizada pela Agência Natural do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e outros combustíveis automotivos compreendendo a aquisição, armazenamento, transporte, comercialização e controle de qualidade dos mesmos; transporte e comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), bem como de vasilhames para o seu acondicionamento; comércio atacadista de lubrificantes; e o que mais convier concernente ao ramo.
  2. **Número da Emissão**
     1. A presente Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.
  3. **Valor Total da Emissão**
     1. O valor total da Emissão será de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo*)* (“Valor Total da Emissão”)*.*
  4. **Quantidade de Debêntures e Número de Séries**
     1. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, sendo 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da primeira série (“Debêntures da 1ª Série”) e 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da segunda série (“Debêntures da 2ª Série” e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as “Debêntures”).
  5. **Destinação dos Recursos** 
     1. Os recursos líquidos oriundos da captação por meio da Emissão de Debêntures, já descontados os valores decorrentes das *despesas flat,* Despesas e do Fundo de Reserva (conforme definidos no Termo de Securitização), serão destinados pela Emissora, até a Data de Vencimento ou até que a Emissora comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos com a Emissão, o que ocorrer primeiro, integralmente na compra de etanol e biodiesel, exclusivamente vinculada às suas atividade no agronegócio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei n° 11.076, de 30 de dezembro de 2004 (“Lei 11.076”) e do parágrafo 4º, inciso II, e parágrafo 7º, ambos do artigo 3º da Instrução CVM 600 (“Destinação de Recursos”).
     2. As Debêntures são representativas de direitos creditórios do agronegócio uma vez que: (i) os recursos líquidos captados com as Debêntures serão integral e exclusivamente destinados à Emissora à aquisição de etanol e biodiesel, caracterizado como “produto agropecuário” para fins do parágrafo primeiro do artigo 23, da Lei 11.076, pois sua origem é essencialmente o cultivo e a produção agrícola; e (ii) o etanol e biodiesel será adquirido pela Emissora diretamente de pessoas que desenvolvam a atividade de cultivo e produção de produtos agropecuários, ou seja, que se caracterizam como “produtores rurais” nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971, de 13 de novembro de 2009, conforme verificado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA, conforme Cláusula 3.5.3, item (ii) abaixo.
     3. Para assegurar que os respectivos fornecedores do etanol e biodiesel a ser adquirido pela Emissora com os recursos decorrentes das Debêntures são qualificados como produtores rurais, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971, de 13 de novembro de 2009 e do artigo 23, da Lei 11.076, a Emissora certifica por meio desta Escritura: (i) a condição de produtor rural de todos os fornecedores de etanol e biodiesel objeto da destinação dos recursos, cuja relação exaustiva encontra-se anexa à presente Escritura (Anexo III) (“Fornecedores”); e (ii) que a condição de produtor rural dos Fornecedores se dá em função da produção de produtos agropecuários derivados da cana de açúcar e biodiesel, o que se corrobora pela atividade primária e/ou secundária indicada no comprovante de inscrição dos Fornecedores no CNPJ, representada pelos CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) n.º 19.31-4-00; 10.71-6-00; 19.32-2-00.
     4. Os recursos decorrentes das debêntures (“Recursos”) deverão seguir, em sua integralidade, a destinação prevista na Cláusula 3.5.1, até a Data de Vencimento dos CRA, nos termos do Termo de Securitização e, consequentemente das Debêntures, conforme cronograma estabelecido, de forma indicativa e não vinculante, no Anexo II desta Escritura de Emissão ("Cronograma Indicativo"), sendo que, caso necessário, considerando a dinâmica comercial do setor no qual atua, a Emissora poderá destinar os Recursos provenientes da integralização das Debêntures em datas diversas das previstas no Cronograma Indicativo, observada a obrigação desta de realizar a integral Destinação de Recursos até a Data de Vencimento. Por se tratar de cronograma tentativo e indicativo, se, por qualquer motivo, ocorrer qualquer atraso ou antecipação do Cronograma Indicativo: (i) não será necessário notificar o Agente Fiduciário dos CRA, tampouco aditar esta Escritura de Emissão ou quaisquer outros documentos da Emissão; e (ii) não será configurada qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, desde que a Emissora realize a integral Destinação de Recursos até a Data de Vencimento.
     5. A Emissora se obriga, desde já, a destinar todo o valor relativo aos Recursos na forma acima estabelecida independentemente de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e/ou do Vencimento Antecipado das Debêntures.
     6. Comprovação da Destinação de Recursos pela Emissora. Cabe ao Agente Fiduciário dos CRA a verificação do emprego da totalidade dos Recursos líquidos captados com a emissão das Debêntures. Para tanto, a Emissora apresentará ao Agente Fiduciário dos CRA, com cópia para a Debenturista, a comprovação da Destinação de Recursos, exclusivamente por meio do relatório na forma do Anexo IV a esta Escritura de Emissão ("Relatório"), acompanhado das respectivas notas fiscais e/ou notas fiscais de transferência mencionadas em cada Relatório e seus arquivos XML de autenticação das Notas Fiscais, bem como respectivos comprovantes de pagamento (“Documentos Comprobatórios”) nos termos do artigo 3º, §8º, da Instrução CVM 600, em até 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada semestre, a contar da presente data, até que se comprove a aplicação da totalidade dos Recursos obtidos, observada a obrigação desta de realizar a integral destinação de Recursos nos termos previstos nesta Cláusula. Caso a Emissora não observe o prazo descrito acima, o Agente Fiduciário dos CRA envidará seus melhores esforços para fins de obter os documentos e informações necessários à comprovação da destinação dos Recursos na forma prevista nesta Cláusula 3.5 em linha com a sua obrigação de verificar, ao longo do prazo de duração dos CRA ou até a comprovação da aplicação integral dos recursos oriundos da emissão das Debêntures, o que ocorrer primeiro, o efetivo direcionamento, pela Emissora, de todos os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures, exclusivamente mediante a análise dos documentos fornecidos. Adicionalmente, sempre que razoavelmente solicitado por escrito por qualquer autoridade, pela CVM, Receita Federal do Brasil ou de qualquer outro órgão regulador decorrente de solicitação ao Agente Fiduciário dos CRA e/ou ao Debenturista, para fins de atendimento das obrigações legais e exigências de órgãos reguladores e fiscalizadores, a Emissora deverá enviar cópias dos contratos, comprovantes de pagamentos e/ou demonstrativos contábeis que demonstrem a correta destinação dos recursos, atos societários e demais documentos comprobatórios que julgar necessário para acompanhamento da utilização dos recursos oriundos da Debêntures.
     7. Mediante o recebimento do Relatório e dos Documentos Comprobatórios da Destinação, o Agente Fiduciário dos CRA será responsável por verificar o cumprimento da destinação dos Recursos assumida pela Emissora.
     8. Caberá à Emissora a verificação e análise da veracidade dos documentos encaminhados, atestando, inclusive, que estes não foram objeto de fraude ou adulteração, não cabendo ao Agente Fiduciário dos CRA e à Securitizadora a responsabilidade de verificar a sua suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras neles constantes, tais como Notas Fiscais, ou ainda qualquer outro documento que lhe seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações do mencionado no Relatório mencionado acima.
     9. Indenização. A Emissora se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a indenizar a Debenturista, os Titulares dos CRA e o Agente Fiduciário dos CRA por todos e quaisquer prejuízos e danos diretos, que vierem a, comprovadamente, incorrer em decorrência da utilização dos recursos oriundos das Debêntures de forma diversa da estabelecida nas cláusulas acima, exceto em caso de comprovada fraude, dolo ou má-fé da Debenturista, dos Titulares dos CRA ou do Agente Fiduciário dos CRA. O valor da indenização está limitado tão somente aos prejuízos e danos diretos efetivamente comprovados, estando limitados, em qualquer circunstância, ao Valor Total da Emissão.
     10. Uma vez atingida e comprovada a aplicação integral dos Recursos oriundos das Debêntures em observância à Destinação dos Recursos, a Emissora ficará desobrigada com relação ao envio dos relatórios e documentos referidos nas cláusulas acima.
     11. O Agente Fiduciário dos CRA e/ou a Securitizadora poderão solicitar as vias originais dos respectivos documentos dos Direitos Creditórios do Agronegócios, caso venha a ser comprovadamente necessário para atender a eventual solicitação da CVM, Receita Federal do Brasil ou de qualquer outro órgão regulador que venha a solicitar essa informação ao Agente Fiduciário dos CRA e/ou da Securitizadora. Caso isso ocorra, a Emissora se obriga a encaminhar as vias originais dos documentos representativos do Direito Creditório do Agronegócio no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação ou no prazo equivalente à metade do prazo estipulado pelo respectivo órgão regulador, dos prazos acima sempre o menor.
  6. **Garantias**
     1. Garantias Reais. Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações da Emissora e/ou do Garantidor nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, incluindo, sem limitar, o pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora e/ou pelo Garantidor nos termos desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Operação, tais como o Valor Nominal Unitário, a Remuneração, os Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), multa convencional e quaisquer outros acréscimos, inclusive os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, independentemente de quaisquer outras garantias que o Debenturista tenha recebido ou venha a receber, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Debenturista em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação (“Obrigações Garantidas”), deverá ser constituída em favor do Debenturista, as seguintes garantias reais (“Garantias Reais”):

1. cessão fiduciária de aplicações financeiras de titularidade da Emissora no valor correspondente a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser constituída nos termos e condições a serem estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (“Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras”); e
2. cessão fiduciária de determinados recebíveis de titularidade da Emissora, conforme especificados e nos termos e condições a serem estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (“Cessão Fiduciária de Recebíveis” e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, as “Garantias Reais”). 
   * + 1. Ressalvado o estabelecido nas Cláusulas 3.6.2.5 e 3.6.2.7, no caso de execução e/ou excussão de quaisquer das Garantias Reais, nenhum Garantidor ou qualquer outra prestadora de garantias (incluindo suas sucessoras ou cessionárias), conforme aplicável, terá, até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas, qualquer direito de reaver da Emissora, de qualquer Garantidor ou outro prestador de garantia, do Debenturista e/ou qualquer adquirente dos bens executados ou excutidos qualquer valor decorrente da referida execução e/ou excussão, não se sub-rogando, portanto, nos direitos de crédito correspondentes às Obrigações Garantidas.
       2. Ressalvado o estabelecido na Cláusula 3.6.2.5 e 3.6.2.7, o Garantidor reconhece e concorda que: (i) até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas, não terá qualquer pretensão ou ação de regresso contra quaisquer das pessoas mencionadas nesta Cláusula; e (ii) a ausência de sub-rogação não implica enriquecimento sem causa de quaisquer dessas pessoas haja vista que: (a) a Emissão trouxe benefícios econômicos à Emissora e ao Garantidor; e (b) o valor residual da venda dos bens objeto das Garantias Reais será restituído ao respectivo Garantidor, conforme aplicável, após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.
     1. Garantia Fidejussória. Nos termos do artigo 818 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), para assegurar o integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, o Garantidor, por este ato e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com a Emissora e entre si, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Debenturista, e seus sucessores e cessionários, como fiador, principal pagador e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as Obrigações Garantidas (“Fiança” e, em conjunto com as Garantias Reais, as “Garantias”), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829 e seu parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).
        1. O valor correspondente às Obrigações Garantidas será pago pelo Garantidor em até 5 (cinco) Dias Úteis após notificação por escrito ao Garantidor formulada pelo Debenturista, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora e/ou Garantidor venham a ter ou exercer em relação às suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação. Tal notificação poderá ser imediatamente emitida pelo Debenturista após, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer Obrigação Garantida ou quando do vencimento antecipado das Debêntures, sendo certo que, em qualquer caso no âmbito dos Documentos da Operação, nenhum atraso por parte do Debenturista no envio de notificação prejudicará o direito do Debenturista de exercerem, a qualquer tempo, seus direitos no âmbito desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação.
        2. Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer do Garantidor em relação à Fiança ora prestada será efetuado sem qualquer compensação e livre e líquido, sem a dedução ou retenção, presente ou futura, de qualquer natureza, incluindo de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos, juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.
        3. A Fiança poderá ser demandada, executada ou exigida pelo Debenturista, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que qualquer tolerância e/ou a não execução da Fiança por parte do Debenturista não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelo Debenturista e/ou exoneração ou renúncia da Fiança ou outra garantia outorgada nos termos dos Documentos da Operação.
        4. A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas.
        5. O Garantidor, desde já, concorda e se obriga a, (i) não exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia e/ou dos demais Documentos da Operação antes do cumprimento e pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas; (ii) caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia e/ou dos demais Documentos da Operação antes do integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, repassa-lo, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, ao Debenturista; e (iii) renunciar integralmente ao direito de sub-rogação na hipótese de ser excutida ou executada qualquer Garantia Real. As obrigações previstas nos itens (i) e (ii) acima não se aplicarão caso, após a publicação das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a Companhia esteja cumprindo com todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e com os Índices Financeiros aplicáveis, e desde que (a) o Garantidor não tenha honrado com qualquer valor devido pela Emissora nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia e/ou dos demais Documentos da Operação em razão de um inadimplemento da Emissora e/ou Evento de Vencimento Antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, e (b) em virtude da ocorrência dos itens (i) e (ii) descritos acima, a Emissora não incorra em um descumprimento com as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e com Índices Financeiros aplicáveis. Para fins de clareza, (i) a Emissora estará autorizada a quitar junto a qualquer Garantidor os valores eventualmente honrados pelo respectivo Garantidor até a referida data de publicação, apenas, e (ii) os valores honrados posteriormente somente poderão ser quitados após a próxima publicação das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e cumprimento dos Índices Financeiros aplicáveis.
        6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo Garantidor com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante o Debenturista.
        7. O Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos do Debenturista, até o limite do valor efetivamente pago pelo Garantidor, apenas caso venha a honrar integralmente as Obrigações Garantidas, sendo certo e observado que, (i) pagamentos parciais das Obrigações Garantidas não ensejarão qualquer direito de sub-rogação, exceto nas hipóteses previstas nesta Escritura de Emissão, (ii) o Garantidor não poderá exigir, cobrar e/ou demandar a Emissora, ou do Debenturista por qualquer valor honrado pelo Garantidor nos termos da Fiança antes que ocorra o cumprimento e pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas; e (iii) o Garantidor renuncia desde já a qualquer direito de sub-rogação aqui devido em face Emissora, ou do Debenturista (ainda que já tenha realizado quaisquer pagamentos e/ou as Obrigações Garantidas sejam integralmente cumpridas) no caso de execução ou excussão das Garantias Reais. Observado o disposto na Cláusula 3.6.2.5, o Garantidor reconhece e concorda que: (i) não terá qualquer pretensão ou ação contra quaisquer das pessoas mencionadas nesta Cláusula; e (ii) a ausência de sub-rogação não implica enriquecimento sem causa de quaisquer dessas pessoas haja vista que: (a) a Emissão trouxe benefícios econômicos ao Garantidor; e (b) o valor residual da venda dos bens objeto das Garantias Reais será restituído ao respectivo Garantidor, conforme aplicável, após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.
        8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Debenturista, dos prazos para execução da Fiança não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Debenturista, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.
        9. O Garantidor declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador e principal pagador, de forma solidária, das Obrigações Garantidas, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Emissão.
        10. As obrigações do Garantidor aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e o Debenturista; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito do Debenturista contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.
        11. Em virtude da Fiança prestada pelo Garantidor, a presente Escritura de Emissão deverá ser levada a registro nos competentes RTDs.
     2. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas, se e quando aplicável, cumulativo entre si, da Fiança e das Garantias Reais, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia, podendo o Debenturista, executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, em qualquer ordem, para os fins de amortizar ou quitar com as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia.
   1. **Subscrição das Debêntures pela Securitizadora e Vinculação à Operação de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio**
      1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Securitizadora, sem coobrigação, no âmbito da securitização dos Direitos Creditórios do Agronegócio relativos às Debêntures, para compor o lastro dos CRA.
         1. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por “Direitos Creditórios do Agronegócio” os direitos creditórios devidos pela Companhia por força das Debêntures, caracterizados como direitos creditórios do agronegócio nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, da Lei 11.076 e do artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, da Instrução CVM 600, com valor de principal de, inicialmente, R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures, que deverão ser pagos pela Companhia à Debenturista, acrescidos de remuneração incidente sobre o Valor Nominal (conforme abaixo definido) das Debêntures, a partir da Data da 1ª Integralização das Debêntures ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, bem como todos e quaisquer encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários e demais encargos contratuais e legais previstos ou decorrentes desta Escritura de Emissão.

**CLÁUSULA IV**

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES**

* 1. **Data de Emissão**
     1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de março de 2022 (“Data de Emissão”).
  2. **Forma e Comprovação de Titularidade**
     1. As Debêntures serão nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelos registros realizados no Livro de Registro, os quais poderão ser lavrados por meio digital, em atenção ao regime prescrito pela JUCISRS.
  3. **Conversibilidade**
     1. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
  4. **Espécie**
     1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e com garantia fidejussória adicional.
  5. **Prazo e Data de Vencimento**
     1. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e/ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme previsto nas Cláusulas 5.3 e 5.4 abaixo e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 1.813 (um mil, oitocentos e treze) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de março de 2027 (“Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série”) e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 2.181 (dois mil, cento e oitenta e um) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 7 de março de 2028 (“Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série” e quando se referir a data de vencimento das Debêntures de qualquer das Séries, a “Data de Vencimento”).
  6. **Valor Nominal Unitário**
     1. As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).
  7. **Forma de Subscrição e Integralização**
     1. As Debêntures serão subscritas pela Securitizadora mediante assinatura do respectivo boletim de subscrição das Debêntures (“Boletim de Subscrição”).
     2. As Debêntures serão integralizadas à vista pela Securitizadora, em moeda corrente nacional, conforme integralização dos CRA, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, na conta corrente nº 5068-7, agência 3412, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil (001), com os recursos decorrentes das integralizações dos CRA. As transferências aqui descritas deverão ser realizadas nas mesmas datas em que ocorrerem as integralizações dos CRA.
     3. Condições Precedentes: A integralização das Debêntures está condicionada ao atendimento cumulativo das seguintes condições precedentes, a serem verificadas, ao exclusivo critério do Debenturista, desde a data de assinatura deste Contrato até a efetiva subscrição e integralização das Debêntures (“Condições Precedentes das Debêntures”), sendo certo que tais Condições Precedentes das Debêntures deverão ser verificadas em cada data de subscrição e integralização, conforme aplicável, caso a totalidade das Debêntures não seja subscrita e integralizada na Data da 1ª Integralização:

1. obtenção, pela Emissora e pelo Garantidor, conforme aplicável, de todas e quaisquer aprovações, registros e/ou demais formalidades societárias, governamentais, regulamentares (se aplicáveis), de terceiros credores e de órgãos dirigentes competentes que sejam juridicamente necessárias à celebração, validade, boa ordem, transparência, eficácia, liquidação e exigibilidade de todos e quaisquer negócios jurídicos descritos neste Contrato, observados os prazos estabelecidos na Escritura de Emissão;
2. manutenção, pela Emissora e pelo Garantidor, conforme aplicável, de toda a estrutura de contratos, licenças, autorizações, permissões e demais documentos e/ou atos existentes e relevantes, que dão à Emissora a condição fundamental de funcionamento;
3. manutenção do objeto social da Emissora, sem alteração de suas atuais atividades principais ou agregação de novos negócios a essas atividades que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, sem o consentimento prévio por escrito do Debenturista e do Agente Fiduciário dos CRA;
4. obtenção pela Emissora de todas e quaisquer aprovações societárias, governamentais regulamentares e/ou contratuais, incluindo, sem limitação, de eventuais financiadores ou credores, que sejam consideradas necessárias à realização, efetivação, formalização e liquidação das Debêntures, bem como o prévio protocolo das Aprovações Societárias e da Escritura de Emissão na JUCISRS;
5. que os CRA tenham sido registrados na B3 para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário na B3;
6. preparação, aprovação e formalização, de forma satisfatória para o Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA e o assessor legal, de toda documentação legal necessária à realização da Oferta;
7. fornecimento pela Emissora de todas as informações corretas, completas e necessárias para viabilizar a Oferta, sendo que qualquer alteração ou incorreção verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelo Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA, em conjunto com a Emissora, visando decidir, conjuntamente, e observada a relevância da referida alteração ou incorreção, sobre a continuidade da Oferta;
8. cumprimento pela Emissora de todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, incluindo, sem limitação, as obrigações de não se manifestar na mídia sobre a Oferta;
9. cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas neste Contrato e nos demais documentos relacionados à Oferta, exigíveis até a data de integralização das Debêntures;
10. não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado que constam da Escritura de Emissão;
11. recolhimento, pela Emissora, de taxas ou tributos incidentes sobre o registro da Oferta, incluindo, sem limitação, das taxas e emolumentos cobrados pela B3 para o registro dos CRA em seus ambientes de negociação, conforme o caso;
12. não ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou de suas afiliadas; (b) pedido de autofalência, pela Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, e que não tenha sido contestado no prazo legal; (d) requerimento, pela Emissora, de recuperação judicial, independentemente do deferimento do processamento pelo juízo competente; ou (e) apresentação de plano de recuperação extrajudicial, independentemente de homologação judicial deste plano, pela Emissora;
13. inexistência de prática, pela Emissora ou pelos Garantidor, de atos que importem em trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente;
14. recebimento pela Debenturista, com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência da data prevista para a liquidação da Oferta, da versão final do parecer legal (*legal opinion*) preparado pelos assessores legais contratados no âmbito da Oferta, atestando, em termos satisfatórios à Debenturista e a seu exclusivo critério, a legalidade, validade, exequibilidade e adequação dos documentos da Oferta em relação às normas aplicáveis, a consistência das informações fornecidas pelas partes, com base nas informações apresentadas, a confirmação dos poderes de representação dos signatários dos documentos da Oferta e obtenção de todas as autorizações necessárias para sua celebração e assunção das obrigações neles previstas, e a inexistência de quaisquer ressalvas para a realização da Oferta;
15. contratação e remuneração, pela Emissora, de todos os prestadores de serviços necessários para a realização da Oferta;
16. ausência de qualquer mudança relevante adversa nas condições econômicas, financeiras, reputacionais ou operacionais da Emissora, coligadas, controladoras e do Garantidor, que altere a razoabilidade econômica da Oferta e/ou tornem inviável ou desaconselhável o cumprimento das obrigações das Partes aqui previstas com relação à Oferta, a exclusivo critério justificado do Debenturista e do Agente Fiduciário dos CRA;
17. que todas as declarações feitas pela Emissora e constantes nos documentos da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas, e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta, mediante assinatura de declaração de veracidade na data de liquidação;
18. rigoroso cumprimento pela Emissora da Legislação Socioambiental e das Leis Anticorrupção;
19. inexistência de quaisquer investigações formais, inquéritos ou procedimentos administrativos ou judiciais instaurados por autoridade governamental competente relacionados a práticas contrárias às Leis Anticorrupção pela Emissora e/ou por qualquer sociedade do grupo econômico da Emissora;
20. fornecimento pela Emissora de todas as informações corretas, completas e necessárias para viabilizar a Oferta, sendo que qualquer alteração ou incorreção verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pela Debenturista, em conjunto com a Emissora, visando decidir, conjuntamente, e observada a relevância da referida alteração ou incorreção, sobre a continuidade da Oferta;
21. não ocorrência de qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais acionistas controladores indiretos, do poder de controle da Emissora;
22. recebimento pelo Debenturista e pelo Agente Fiduciário dos CRA de cópia simples da Aprovação Societária da Emissora, evidenciando a autorização formal para a celebração dos documentos da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando à presente Escritura de Emissão e ao Contrato de Garantia, bem como a outorga de procurações pelo prazo das Debêntures, devidamente protocolada na JUCISRS;
23. recebimento pelo Debenturista e pelo Agente Fiduciário dos CRA de cópia simples das publicações da Aprovação Societária da Emissora nos Jornais de Publicação;
24. recebimento pela Debenturista de evidência da realização do protocolo para registro da Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia nos RTDs competentes;
25. evidência da realização do protocolo, perante a JUCISRS, do registro da titularidade das Debêntures pela Securitizadora no Livro de Registro de Debêntures Nominativas; e
26. recebimento, pela Debenturista, de confirmação de conclusão, pelos assessores legais da oferta, da *due diligence* legal sobre a Emissora, a Garantia e o Garantidor em termos satisfatórios à Debenturista.
    * 1. O preço de integralização das Debêntures corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, se a integralização ocorrer em uma única data ("Data da 1ª Integralização" e “Preço de Integralização”, respectivamente). Após a Data da 1ª Integralização, o Preço de Integralização corresponderá ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data da 1ª Integralização até a efetiva data de integralização das Debêntures.
      2. As Partes estabelecem que, cumpridas as Condições Precedentes das Debêntures, o pagamento do Preço de Integralização será realizado no mesmo dia da efetiva integralização dos CRA pelos investidores, desde que realizada até as 16:00h (horário de Brasília) ou no Dia Útil imediatamente seguinte em relação aos CRA integralizados em horário posterior às 16:00h (horário de Brasília).
      3. O não cumprimento em até 90 (noventa) dias, contados da Data de Emissão das Debêntures, das Condições Precedentes das Debêntures, acarretará o cancelamento dos CRA, e consequentemente das Debêntures, bem como na rescisão desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação sem ônus para as Partes, ressalvada a obrigação da Emissora de no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento de notificação da Debenturista nesse sentido, pagar ou reembolsar, conforme o caso, a Debenturista de todos os custos e Despesas efetivamente incorridos pela Debenturista até a data da rescisão.
    1. **Atualização Monetária**
       1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
    2. **Remuneração das Debêntures da 1ª Série**
       1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da 1ª Série”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme aplicável) desde a Data da 1ª Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, exclusive. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = VNe x [(FatorJuros) – 1]

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ou na data de qualquer Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Antecipada Facultativa e/ou de vencimento antecipado;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, no início do Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread)

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, desde a Data da 1ª Integralização, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ou amortização ou resgate antecipado, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até nDI;

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, sendo “n” um número inteiro;

TDIk = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

onde:

DIk = Taxa DI, de ordem k, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

onde:

*spread =* 3,0000; e

DP = o número de Dias Úteis entre a Data da 1ª Integralização ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data da 1ª Integralização ou na data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e termina na data de pagamento da remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

Excepcionalmente na primeira Data de Pagamento, deverá ser acrescido à Remuneração devida um valor equivalente ao produtório de 2 (dois) Dias Úteis que antecede a Data da 1ª Integralização calculado pro rata temporis, de acordo com as fórmulas constantes desta Cláusula 4.9.

Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

* 1. **Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série**
     1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga mensalmente, sem carência, a partir da Data da 1ª Integralização, sempre no 5º (quinta) Dia Útil de cada mês, ocorrendo o primeiro pagamento em 07 de abril de 2022, o último, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série (cada data, uma “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série”).
  2. **Remuneração das Debêntures da 2ª Série**
     1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e quando referidas em conjunto e indistintamente com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a “Remuneração”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme aplicável) desde a Data da 1ª Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, exclusive. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = VNe x [(FatorJuros) – 1]

onde:

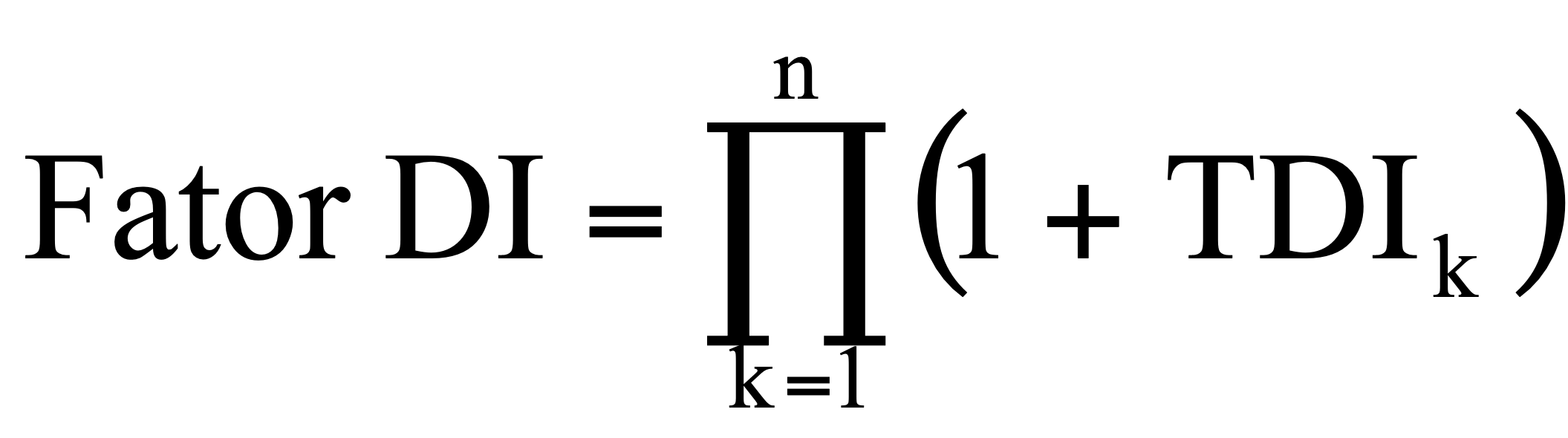
J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série ou na data de qualquer Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e/ou de vencimento antecipado;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, no início do Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread)

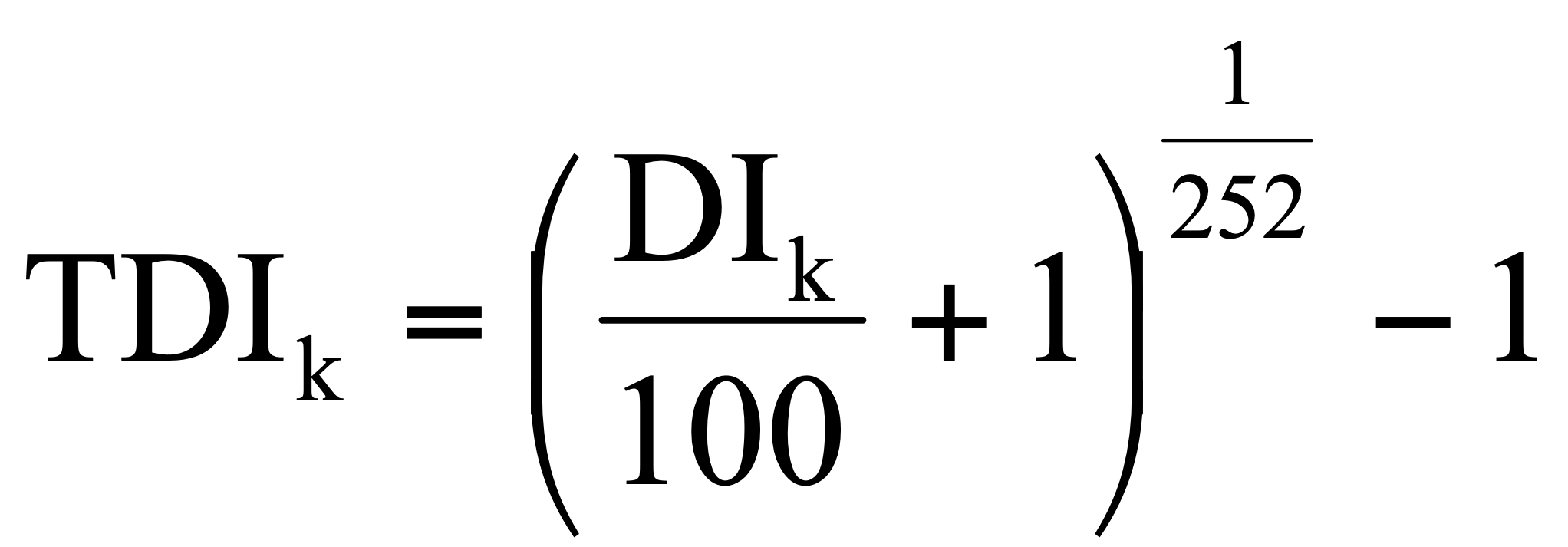
onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado, desde a Data da 1ª Integralização, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série ou amortização ou resgate antecipado, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

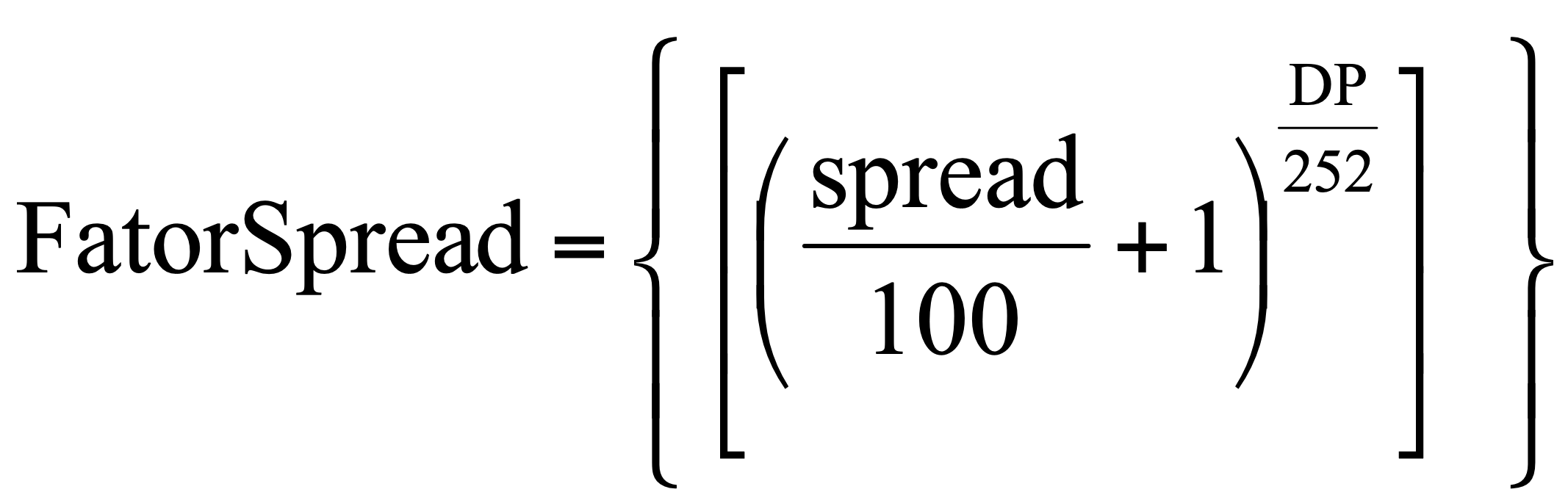
k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até nDI;

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, sendo “n” um número inteiro;

TDIk = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

onde:

DIk = Taxa DI, de ordem k, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

onde:

*spread =* 4,0000; e

DP = o número de Dias Úteis entre a Data da 1ª Integralização ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data da 1ª Integralização ou na data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e termina na data de pagamento da remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

Excepcionalmente na primeira Data de Pagamento, deverá ser acrescido à Remuneração devida um valor equivalente ao produtório de 2 (dois) Dias Úteis que antecede a Data da 1ª Integralização calculado pro rata temporis, de acordo com as fórmulas constantes desta Cláusula 4.11.

* 1. **Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série**
     1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga mensalmente, sem carência, a partir da Data da 1ª Integralização, sempre no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, ocorrendo o primeiro pagamento em 07 de abril de 2022, o último, na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série (cada data, uma “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e quando referidas em conjunto e indistintamente com a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a “Data de Pagamento da Remuneração”).
  2. **Indisponibilidade, Impossibilidade de Aplicação ou Extinção da Taxa DI**
     1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência de Taxa DI”) ou, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Debenturista e o Agente Fiduciário dos CRA deverão, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do Período de Ausência de Taxa DI ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Titulares dos CRA, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e do Termo de Securitização, para que aprovem a substituição da Taxa DI pela taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, divulgada no Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN, transação PEFI300, opção 3 - Taxas de Juros, opção SELIC - Taxa-dia SELIC (“Taxa SELIC”) ou, na ausência da Taxa SELIC, aquela que vier a substituí-la. Na falta de substituição da Taxa SELIC, o Debenturista e o Agente Fiduciário dos CRA deverão convocar Assembleia Geral de Titulares dos CRA para aprovar, em comum acordo com a Emissora, a aplicação do índice ou o componente da taxa considerado apropriado pelo Debenturista e os Titulares dos CRA, desde que esteja em consonância com o praticado no mercado financeiro (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, e para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, a fórmula estabelecida nas Cláusulas 4.9.1 e 4.11.1, conforme o caso, e para a apuração de “TDIk”, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e o Debenturista, conforme o caso, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.
     2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Titulares dos CRA para aprovar a Taxa Selic ou a Taxa Substitutiva, conforme o caso, a referida Assembleia Geral de Titulares dos CRA não será mais realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.
  3. **Pagamento do Valor Nominal Unitário**
     1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário deverá ser amortizado e pago pela Emissora mensalmente, após o período de 36 (trinta e seis) meses que se inicia na Data de Emissão e se encerra na primeira Data de Pagamento do Principal (“Período de Carência”), sempre no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês para as Debêntures da 1ª Série e no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês para as Debêntures da 2ª Série, em parcelas iguais e consecutivas sendo o primeiro pagamento das (i) Debêntures da 1ª Série em 7 de abril de 2025 e o último, na Data de Vencimento da respectiva Série (cada data, uma “Data de Pagamento de Principal das Debêntures da 1ª Série”), e (ii) Debêntures da 2ª Série em 7 de abril de 2025 e o último, na Data de Vencimento da respectiva série (cada data, uma “Data de Pagamento de Principal das Debêntures da 2ª Série” ou, ainda, quando se referir a data de pagamento das Debêntures de qualquer série, a “Data de Pagamento de Principal”), de acordo com a tabela constante do Anexo I desta Escritura de Emissão.
  4. **Local de Pagamento**
     1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora na conta do patrimônio separado dos CRA, qual seja, conta corrente nº 15342-8, de titularidade da Securitizadora, mantida na agência 0910 do Itaú Unibanco S.A. (341) ("Conta Centralizadora").
  5. **Prorrogação dos Prazos**
     1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1° (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu pagamento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
  6. **Encargos Moratórios**
     1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora ou Garantidor ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e/ou nos demais Documentos da Operação, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) (“Encargos Moratórios”).
  7. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
     1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
  8. **Repactuação Programada**
     1. Não haverá repactuação programada.

**CLÁUSULA V**

**AQUISIÇÃO FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO TOTAL E RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA**

* 1. **Aquisição Facultativa**

5.1.1. As Debêntures não estão sujeitas a aquisição facultativa pela Emissora.

* 1. **Oferta de Resgate Antecipado Total** 
     1. As Debêntures não estão sujeitas a oferta de resgate antecipado total pela Emissora.
  2. **R****e****s****gate Antecipado Facultativo**
     1. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério realizar, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 18 de março de 2024, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures com o consequente cancelamento das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo deverá abranger a totalidade das Debêntures.
     2. A Emissora deverá comunicar o Debenturista do respectivo Resgate Antecipado Facultativo, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização do pagamento por meio de comunicação escrita individual ao Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo”).
     3. A Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a estimativa do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); (b) a data indicada para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.
     4. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da 1ª Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de resgate, observado o prazo previsto acima, correspondente a 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor resgatado, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento, de acordo com a seguinte metodologia de cálculo (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo”):

P={[(1+i)^(DU/252)]-1} x PU

sendo que:

P = prêmio de resgate, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento.

i = 1,00% (um inteiro por cento).

PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde Data da 1ª Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo.

DU = número de Dias Úteis entre a data do Resgate Antecipado Facultativo, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

* + 1. O envio da Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo: (i) implicará na obrigação irrevogável e irretratável de resgate antecipado das Debêntures da respectiva Série pelo respectivo Valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) fará com que a Debenturista inicie o procedimento para o resgate antecipado da totalidade dos CRA, conforme disciplinado no Termo de Securitização.
    2. As Debêntures resgatadas pela Emissora no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora.
  1. **Amortização Extraordinária Facultativa** 
     1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, realizar, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 18 de março de 2024, a amortização extraordinária facultativa das Debêntures de determinada série (“Amortização Extraordinária Facultativa”). Por ocasião de um evento de Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da 1ª Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, acrescida de prêmio correspondente a 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor amortizado, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento, de acordo com a seguinte metodologia de cálculo (“Valor da Amortização Extraordinária Facultativa”):

P={[(1+i)^(DU/252)]-1} x PU

sendo que:

P = prêmio de amortização, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento.

i = 1,00% (um inteiro por cento).

PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde Data da 1ª Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa.

DU = número de Dias Úteis entre a data da Amortização Extraordinária Facultativa, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

* + 1. A Emissora deverá comunicar o Debenturista da respectiva Amortização Extraordinária Facultativa, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização do pagamento por meio de comunicação escrita individual ao Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA (“Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa”).
    2. A Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa, incluindo (a) a estimativa do Valor da Amortização Extraordinária Facultativa; (b) a data indicada para o Amortização Extraordinária Facultativa; e (c) demais informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.
    3. A realização da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures de determinada série, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso.
    4. O envio da Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa: (i) implicará na obrigação irrevogável e irretratável de amortização extraordinária das Debêntures da respectiva Série pelo respectivo Valor de Amortização Extraordinária Facultativa; e (ii) fará com que a Debenturista inicie o procedimento para a amortização extraordinária dos CRA em proporção equivalente às Debêntures amortizadas, conforme disciplinado no Termo de Securitização.
    5. As Debêntures amortizadas pela Emissora no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa deverão ser canceladas pela Emissora.

**CLÁUSULA VI**

**VENCIMENTO ANTECIPADO**

* 1. **Vencimento Antecipado** 
     1. As obrigações decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação serão consideradas antecipadamente vencidas, podendo o Debenturista exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pelo Garantidor, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da 1ª Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive), sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios e outros valores devidos, vencidos ou a vencer (se houver), na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos em relação à Emissora, controladas diretas ou indiretas, coligadas, controladoras ou sociedades sob o controle comum da Emissora (conforme definição de controle constante do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) (“Afiliadas”) (cada evento, um “Evento de Vencimento Antecipado”), conforme aplicável:

ocorrer qualquer uma das situações previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;

declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros;

inadimplemento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Documentos da Operação, incluindo, mas sem se limitar ao pagamento de principal e da Remuneração, na forma e quando devidos, não sanados no prazo de 1 (um) Dia Útil da ciência pela Emissora;

inadimplemento das obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Documentos da Operação, desde que não sanadas em até 10 (dez) dias após a data em que a Emissora e/ou o Garantidor, conforme o caso, tenham sido notificados de tal inadimplemento, ou no prazo de cura específico previsto nesta Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Operação;

observado eventual prazo de cura aplicável, descumprimento de obrigações pecuniárias no montante, individual ou agregado, no mesmo exercício, igual ou superior a R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

mudança ou alteração do objeto social da Emissora, de forma a alterar as suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, sem o consentimento prévio por escrito do Debenturista, após consulta aos Titulares dos CRA;

revelar-se falsa ou incorreta qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora e/ou pelo Garantidor nesta Escritura de Emissão, sendo certo que eventual declaração ou garantia incorreta só ensejará o vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de a Emissora não a corrigir no prazo 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua constatação;

redução do capital, exceto se (i) previamente aprovado pelo Debenturista, após consulta aos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, (ii) para absorção de prejuízos, e/ou (iii) o capital social após tal redução não for inferior a 90% (noventa por cento) do capital social da Emissora referente ao mês de janeiro de 2022, desconsiderando-se do cálculo eventual redução de capital por ocasião da cisão parcial da Emissora para versão do imóvel localizado no Município de Renascença/PR, na comarca de Marmeleiro/PR, objeto de matrícula nº 12.400, para a sociedade Belly Administradora de Bens Ltda.;

cisão, fusão, incorporação ou qualquer outro tipo de reorganização societária envolvendo a Emissora que possa acarretar o descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto nas hipóteses em que não haja transferência de controle indireto da Emissora, e/ou que seja transferido para os herdeiros do Garantidor e estes celebrem um aditivo à esta Escritura de Emissão em até 30 (trinta) dias do respectivo evento figurando como novos fiadores, sem prejuízo do atual Garantidor permanecer responsável pelas suas obrigações assumidas no âmbito desta Escritura;

alteração ou transferência, direta ou indiretamente, do controle da Emissora e/ou de qualquer sociedade controlada pela Emissora, exceto se transferido para os herdeiros do Garantidor e estes celebrem um aditivo à esta Escritura de Emissão em até 30 (trinta) dias do respectivo evento figurando como fiadores, sem prejuízo do atual Garantidor permanecer responsável pelas suas obrigações assumidas no âmbito desta Escritura;

pagamento de lucros, dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, exceto se (i) a Emissora esteja cumprindo com as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e com Índices Financeiros aplicáveis, e (ii) tal pagamento de lucros, dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora não ocasione um descumprimento dos Índices Financeiros aplicáveis;

alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens ou ativos integrantes do ativo imobilizado cujo valor individual ou agregado seja superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no mesmo exercício, que, a critério do credor, acarrete em uma redução da capacidade da Emissora de gerar receitas em decorrência desse evento, e que consequentemente possa levar ao descumprimento de obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto por aquelas realizadas no curso ordinário dos negócios da Emissora e que não causem um Efeito Adverso Relevante; as Partes acordam que a transferência do imóvel localizado no Município de Renascença/PR, na comarca de Marmeleiro/PR, objeto de matrícula nº 12.400, por ocasião da cisão parcial da Emissora com a versão do referido imóvel para a sociedade Belly Administradora de Bens Ltda. não será computada no cálculo de verificação de atingimento do referido valor, individual ou agregado, de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

protesto de títulos contra a Emissora ou negativação em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em valor individual ou agregado superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja(m) devidamente sustado(s), sanado(s), cancelado(s), suspenso(s) ou contestado(s) mediante depósito judicial em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do efetivo protesto ou negativação;

morte, interdição, incapacidade ou insolvência reconhecida judicialmente do Garantidor, exceto se as ações detidas pelo Garantidor sejam direcionadas ou mantidas por seus herdeiros e estes celebrem um aditivo à esta Escritura de Emissão em até 30 (trinta) dias da respectiva morte, interdição, incapacidade ou insolvência figurando como fiadores;

ocorrência de: (a) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência; (b) pedido de autofalência; (c) pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente elidido no prazo legal; (d) propositura de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (e) ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento de recuperação ou de sua concessão pelo juízo competente, ou qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência nos termos da legislação aplicável; (f) propositura de qualquer medida de natureza semelhante a uma renegociação de passivos (tal como acordo de credores, assunção de obrigações de fazer e/ou de não fazer ou “*stand still agreements*”; (g) encerramento das atividades;

demanda judicial ou administrativa cujo valor individual ou agregado seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e que possa colocar em risco as Garantias e/ou o cumprimento de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de tal demanda, a Emissora e/ou o Garantidor comprovem a existência de provimento jurisdicional suspendendo os efeitos de referida demanda;

descumprimento, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, de qualquer decisão administrativa, arbitral ou judicial em valor, individual ou agregado verificado no mesmo exercício social, igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se questionada de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial e desde que tenha sido obtido efeito suspensivo no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de tal decisão administrativa, arbitral ou judicial;

forneçam ao Debenturista, diretamente ou através de prepostos ou mandatários, de forma intencional, informações incompletas, falsas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza, ou omitirem informações que se fossem do conhecimento do Debenturista poderiam alterar o julgamento a respeito da concessão do crédito objeto desta Escritura de Emissão;

não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, exceto ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora da forma como atualmente desenvolvidas, cuja ausência afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora da forma como atualmente desenvolvidas, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações ou licenças de natureza ambiental, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora da forma como atualmente desenvolvidas, que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora da forma como atualmente desenvolvidas;

existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão de prática, pela Emissora, de atos que importem em trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente;

caso exista qualquer investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial relacionados a práticas contrárias a qualquer Obrigação Anticorrupção (abaixo definidas);

caso, mediante verificações anuais das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a ser realizada pela Debenturista e confirmada pelo Agente Fiduciário dos CRA, conforme aplicável, o índice obtido pela razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Emissora seja superior a 4,00x e o Índice de Liquidez corrente seja inferior a 1,10x (“Índices Financeiros”).

Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se “EBITDA” a receita operacional líquida somada à receita de amortização de contratos de implementação e modernização de postos de combustíveis (incluindo os respectivos juros recebidos), menos os custos dos produtos e serviços prestados, menos as despesas comerciais, gerais e administrativas, acrescidos da depreciação e amortização, ou seja, é o resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários; “Índice de Liquidez Corrente” o ativo circulante dividido pelo passivo circulante, conforme refletidos nas demonstrações financeiras disponibilizadas; e “Dívida Líquida” a soma de (i) todas as dívidas onerosas, contraídas com instituições financeiras ou não, incluindo operações de mercado de capitais (debêntures, CRA, etc.), e (ii) financiamentos a fornecedores (operações de antecipação a fornecedores, *confirming* e risco sacado) com prazo de vencimento superior a 30 dias, subtraída das disponibilidades (somatório de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo).

caso qualquer das Garantias, por qualquer fato, torne-se ineficaz ou inválida, desde que as referidas Garantias não sejam anteriormente substituídas ou reforçadas pela Emissora ou respectivo Garantidor de forma satisfatória ao Debenturista e, quando aplicável, nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Garantia e respectivos aditamentos;

questionamento judicial, arbitral e/ou administrativo realizado perante autoridade competente, conforme aplicável, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, da legalidade, validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Garantia;

constituição involuntária, por medida judicial, arbitral e/ou administrativa, de quaisquer constrições, ônus ou gravames, inclusive arresto, sequestro, penhora, arrolamentos, liminares ou antecipações de tutela sobre bens e direitos de propriedade da Emissora e/ou do Garantidor em valor individual ou agregado superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou sobre os bens objeto das Garantias Reais, desde que não efetivamente sanada a referida constrição, ônus ou gravame em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da decisão de sua constituição;

se as Garantias virem a ser, no todo ou em parte, objeto de penhora, sequestro, arresto, arrolamento, execução ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, ou tornarem-se, por qualquer motivo, total ou parcialmente, insuficiente, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam e a Emissora e/ou o Garantidor não promoverem a substituição, recomposição, reforço, complemento ou suplemento da garantia, em condições aceitáveis ao Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA, na qualidade de representante dos Titulares dos CRA, no prazo, forma e condições estabelecidos nos respectivos instrumentos de garantia;

transformação da Emissora de sociedade por ações em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

declaração, por autoridade judicial, arbitral ou administrativa, de invalidade, nulidade, ineficácia ou inexequibilidade, total ou parcial, desta Escritura de Emissão, do Termo de Securitização e/ou de quaisquer dos demais Documentos da Operação, e/ou de qualquer de suas disposições, exceto se (i) questionada de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial e desde que tenha sido obtido efeito suspensivo no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de tal declaração, e (ii) no caso das Garantias, a Emissora e/ou o Garantidor não promoverem a substituição, recomposição, reforço, complemento ou suplemento da garantia, em condições aceitáveis ao Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA, na qualidade de representante dos Titulares dos CRA, no prazo, forma e condições estabelecidos nos respectivos instrumentos de garantia;

se a Emissora destinar os Recursos líquidos obtidos com a emissão das Debêntures para atividades diversas àquelas previstas na Cláusula 3.5 desta Escritura de Emissão, no parágrafo primeiro do artigo 23 da Lei 11.076 e no artigo 3º da Instrução CVM 600;

decisão judicial, arbitral e/ou administrativa que anule, revise, cancele, suspenda ou invalide quaisquer obrigações assumidas por tais partes em decorrência das Debêntures e/ou de qualquer das Garantias, exceto se questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e desde que tenha sido obtido efeito suspensivo no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de tal decisão judicial, arbitral e/ou administrativa;

alienação, cessão ou transferência de bens ou direitos sobre os quais tenham sido constituídas as Garantias;

transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelo Garantidor, de suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Operação;

descumprimento pela Emissora e/ou pelo Garantidor das leis que versem sobre trabalho infantil, trabalho análogo a escravo, emprego de silvícolas e/ou incentivo à prostituição; e

violação comprovada pela Emissora e/ou pelo Garantidor das leis que versem sobre danos ao meio ambiente que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora da forma como atualmente desenvolvidas.

A Emissora e o Garantidor obrigam-se a, tão logo tenham conhecimento da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, comunicar imediatamente a Securitizadora e/ou o Agente Fiduciário dos CRA, conforme o caso, para que estes tomem as providências devidas. A ausência da comunicação não impedirá que a Securitizadora e/ou Agente Fiduciário dos CRA adotem as medidas cabíveis.

Para fins de que trata esta Escritura de Emissão:

1. os valores de referência em reais (R$) deverão ser corrigidos pela variação do IPCA ou, na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier substitui-lo, a partir da Data de Emissão; e
2. a data de vencimento antecipado das Debêntures será qualquer uma das seguintes datas:
3. a data que ocorrer qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (a), (b), (c), (e), (n), (o), (y), (bb), (cc), (dd) e (ee) da Cláusula 6.1.1 acima (“Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática”), independente de comunicação ou notificação escrita, sendo certo que nessas hipóteses o Vencimento Antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Debenturista, após consulta aos Titulares dos CRA; e
4. ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula 6.1.1 acima (“Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGT”), será considerada a data em que se realizar a Assembleia Geral de Titulares dos CRA, na qual os Titulares dos CRA deliberarão pela não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.
   * 1. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGT, a Securitizadora e/ou o Agente Fiduciário dos CRA deverão convocar, em até 02 (dois) Dias Úteis contados da data da ciência e/ou recebimento de comunicação da Emissora acerca da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, uma Assembleia Geral de Titulares dos CRA para que os Titulares dos CRA deliberarem sobre eventual não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.
     2. Na hipótese de não ser aprovada a não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures pelo quórum mínimo de deliberação previsto na Cláusula 6.1.5 abaixo, o Debenturista e/ou o Agente Fiduciário dos CRA deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.
     3. Se, na Assembleia Geral de Titulares dos CRA convocada nos termos da Cláusula 6.1.2, os Titulares dos CRA que representem, no mínimo: (i) 2/3 das CRA em Circulação em primeira convocação; ou (ii) a maioria dos CRA em Circulação na Assembleia Geral de Titulares dos CRA, em segunda convocação, deliberarem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Securitizadora e/ou o Agente Fiduciário dos CRA não irão declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.
     4. O Debenturista e/ou o Agente Fiduciário dos CRA deverão comunicar, por escrito, em qualquer das hipóteses descritas na Cláusula 6.1.2, nos termos da Cláusula VII abaixo, o Vencimento Antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contado, conforme o caso, (i) de sua ciência e/ou recebimento de comunicação da Emissora acerca da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; ou (ii) da realização da Assembleia Geral de Titulares dos CRA na qual foi deliberado o Vencimento Antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGT; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Titulares dos CRA em segunda convocação, cujo quórum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGT.
     5. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Debenturista e/ou pelo Agente Fiduciário dos CRA, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do valor devido nos termos da Cláusula 6.1.1 acima e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 05 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento pela Emissora da comunicação por escrito a ser enviada pelo Debenturista e/ou Agente Fiduciário dos CRA, conforme previsto na Cláusula 6.1.5, e nos termos da Cláusula 12.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
   1. Na hipótese do Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 6.1 acima, a Emissora e/ou o Garantidor se obrigam a efetuar o pagamento em moeda corrente nacional do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a desde a Data da 1ª Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de vencimento antecipado, observado o prazo previsto acima, correspondente a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor vencido antecipadamente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da declaração de Vencimento Antecipado, conforme aplicável, e a Data de Vencimento, de acordo com a seguinte metodologia de cálculo (“Valor Base do Vencimento Antecipado”):

P={[(1+i)^(DU/252)]-1} x PU

sendo que:

P = prêmio de vencimento antecipado, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento.

i = 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento).

PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde Data da 1ª Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de declaração do Vencimento Antecipado.

DU = número de Dias Úteis entre a data da Declaração de Vencimento Antecipado, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

* + 1. Os valores devidos nos termos desta Cláusula 6.2 deverão ser pagos pela Emissora e/ou pelo Garantidor ao Debenturista em até 2 (dois) Dias Úteis contados da declaração do Vencimento Antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
    2. As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.2 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

**CLÁUSULA VII**

**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DO GARANTIDOR**

* 1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Garantia e demais Documentos da Operação e na legislação e regulamentação aplicável, a Emissora e o Garantidor, conforme aplicável, obrigam-se, de forma individual e solidária, até o cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas a:

Fornecer ao Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA:

1. dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (A) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes e, por meio de videoconferência, declaração de imposto de renda do Garantidor; (B) relatório elaborado pela Emissora demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, contendo a memória de cálculo, devidamente calculados pela Emissora, explicitando as rubricas necessárias às apurações dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Debenturista, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (C) declaração assinada por diretor da Emissora atestando: (I) que permanecem válidas as disposições contidas nessa Escritura de Emissão; e (II) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante o Debenturista;
2. dentro de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (ressalvado em relação ao 4º trimestre, considerando que, neste caso, haverá tão somente a obrigação de apresentação da documentação referida no item (i), acima), ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (A) cópia de suas demonstrações financeiras não auditadas, incluindo demonstração de fluxo de caixa, relativas ao respectivo trimestre, ou data anterior, caso tais informações sejam disponibilizadas na página da Emissora na rede mundial de computadores; (B) (I) que permanecem válidas as disposições contidas nessa Escritura de Emissão; e (II) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante o Debenturista;
3. comprovação da destinação dos recursos da presente Emissão semestralmente, a partir do prazo de 6 (seis) meses a contar da Data de Emissão até a efetiva comprovação da totalidade da destinação de recursos, mediante o envio de declaração em papel timbrado e assinada por representante legal, incluindo a demonstração de fluxo de caixa, conforme prevista no Anexo IV, nos termos da Cláusula 3.5.2; para o bem da clareza, assim que houver a comprovação da destinação da totalidade de recursos, a obrigação prevista nesta alínea cessará, e a Emissora não mais estará obrigada a fornecer quaisquer comprovações adicionais;
4. dentro de 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Debenturista e/ou Agente Fiduciário dos CRA, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos da Operação e da Resolução CVM 17, de 9 de fevereiro de 2021;
5. avisos ao Debenturista, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse do Debenturista e/ou dos Titulares dos CRA, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados; e
6. todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, conforme aplicável, comprometeu-se a enviar ao Debenturista, observados os respectivos prazos aplicáveis.

convocar, nos termos da Cláusula IX abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Debenturista não o faça;

cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

fornecer todas as informações solicitadas pela B3, ANBIMA e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades, caso aplicável;

não realizar operações fora do seu objeto social ou praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social;

não efetuar qualquer alteração na natureza dos seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura de Emissão, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data da celebração da presente Escritura de Emissão;

cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas que estejam sendo questionadas de boa-fé pela Emissora e/ou pelo Garantidor nas esferas judicial e administrativa e que, em razão de tal questionamento, tenham sua exigibilidade suspensa;

cumprir as normas aplicáveis à Emissora e/ou ao Garantidor, suas respectivas atividades e projetos, incluindo, mas não se limitando, a regulamentação trabalhista em geral, salvo nos casos em que tal descumprimento não possa resultar em efeito adverso relevante (1) na situação econômica, operacional, reputacional ou financeira da Emissora e/ou do Garantidor ou suas respectivas controladas diretas ou indiretas, nos seus negócios, bens, ativos, resultados operacionais ou perspectivas; ou (2) no pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelo Garantidor perante o Debenturista e suas Afiliadas (“Efeito Adverso Relevante”);

cumprir integralmente as leis, regulamentos e demais normas relativas à inexistência de trabalho infantil e análogo a de escravo, assim como não adotar ações que incentivem a prostituição ou discriminação em função da sua origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra condição individual, física, social ou psicológica, inclusive acerca da sua convicção religiosa ou política, respeitando a dignidade do trabalhador e os valores sociais do trabalho, com aplicação dos preceitos previstos na Constituição Federal, Declaração dos Direitos Humanos e Organização Internacional do Trabalho - OIT (“Leis Sociais”);

cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, exceto nos casos em que tal descumprimento não possa resultar em Efeito Adverso Relevante;

obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) quando previstos nas normas de proteção ao meio ambiente e à saúde e segurança do trabalho, atestando o seu cumprimento, e a informar ao Debenturista, imediatamente, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade;

entregar ao Debenturista, se e assim que solicitada, cópia de todos os documentos acima mencionados, informando imediatamente ao Debenturista, por escrito, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção socioambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano socioambiental;

manter válidas e regulares as licenças e autorizações necessárias ao seu regular funcionamento, salvo nos casos em que a falta de tal licença ou autorização não possa resultar em Efeito Adverso Relevante;

manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação;

não realizar suas operações sem que possua as licenças ambientais necessárias para tanto, exceto autorizada por lei ou ato de autoridade governamental ou judicial competente a manter suas operações mesmo sem possuir a referida licença ambiental;

cumprir e fazer com seus respectivos administradores e funcionários (neste caso, quando agindo em nome da Emissora e/ou do Garantidor), cumpram, as normas aplicáveis às suas atividades que versam sobre atos de corrupção, suborno, fraude, proteção ao interesse público, improbidade administrativa, violações a licitações e contratos públicos, lavagem de dinheiro, doações políticas ou eleitorais e a condução de negócios de forma ilícita, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Lei n° 8.429, de 02 de junho de 1992, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, o Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, a Lei n° 12.813, de 16 de maio de 2013, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act, conforme aplicável (“Leis Anticorrupção”), (i) mantendo políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (ii) dando pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais e terceiros contratados com os quais venham a se relacionar; (iii) abstendo-se de praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que viole às Leis Anticorrupção, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicando em até 1 (um) Dia Útil o Debenturista, para que todas as providências necessárias, a seu exclusivo critério, sejam tomadas; (v) realizando eventuais pagamentos devidos no âmbito da Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária; (vi) não utilizando qualquer parte dos valores pagos sob esta Escritura de Emissão de forma a violar quaisquer leis aplicáveis, incluindo as Leis Anticorrupção; e (vii) mantendo seus livros e registros contábeis, societários, fiscais e quaisquer outros exigidos pela legislação aplicável, de modo a cumprir com as Leis Anticorrupção;

comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis após sua ciência, ao Debenturista a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debentures ou aos Contratos de Garantia;

notificar o Debenturista em até em até 5 (cinco) Dias Úteis da data que tiver conhecimento de qualquer evento que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;

manter-se adimplente com relação a suas obrigações tributárias ou relativas contribuições devidas às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto cujo descumprimento não possa resultar em Efeito Adverso Relevante;

manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, reservando-se contudo o direito de questionar judicialmente ou administrativamente os valores considerados indevidos no melhor julgamento da Emissora e/ou do Garantidor e de seus assessores legais, bem como efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora e/ou do Garantidor, mantendo-se em situação de regularidade perante as autoridades governamentais trabalhistas e previdenciárias, bem como efetuar o pontual pagamento de todos os tributos;

manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento;

manter as Garantias sempre válidas, exigíveis e exequíveis até a integral liquidação das Debêntures e adotar todas as medidas necessárias ou desejáveis para a preservação das Garantias, incluindo, sem limitação, a realização de qualquer reforço de garantia;

não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures;

cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, enquanto vigente, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;

manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

manter adequadamente segurados os bens necessários para o desempenho de suas atividades, conforme práticas do seu setor de atuação;

reembolsar o Debenturista de qualquer despesa incorrida e comprovada em razão do inadimplemento da Emissora de quaisquer obrigações assumidas por meio desta Escritura de Emissão e de quaisquer custos e honorários advocatícios incorridos pelo Debenturista, para fazer valer as disposições da presente Escritura de Emissão;

independente de culpa, ressarcir o Debenturista de qualquer quantia que esse seja compelido a pagar por conta de dano socioambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à esta Escritura de Emissão, assim como indenizar o Debenturista por qualquer perda ou dano diretos, que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental;

quando contratar com partes relacionadas (assim definidas nas regras contábeis brasileiras que tratam desse assunto), observar que os termos e condições de tais contratações observem parâmetros de mercado (*arm’s length*);

manter contratada empresa de auditoria independente, que seja uma *big four* (KPMG, DTT, PwC ou EY) para auditoria das demonstrações financeiras da Emissora;

manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis usualmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;

não divulgar ao público informações referentes à Emissora, ao Garantidor, à Emissão, a Oferta ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400;

abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta;

aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme descrito nesta Escritura de Emissão;

cumprir com os Índices Financeiros previstos nesta Escritura de Emissão; e

manter os Livros de Debêntures regularmente abertos e registrado na Junta Comercial de sua respectiva sede social, na forma exigida pela Lei das Sociedades por Ações e pelas demais normas regulamentares, em local adequado e em perfeita ordem.

**CLÁUSULA IX**

**DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

* 1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações (“Assembleia Geral de Debenturistas”).
  2. Convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada (i) pela Emissora; ou (ii) pelos Debenturistas.
  3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
  4. Data de Realização da Assembleia. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas com no mínimo 15 (quinze) dias a contar da data da primeira das 3 (três) publicações do edital relativo à primeira convocação ou no prazo de 8 (oito) dias a contar da data da primeira das 3 (três) publicações do edital relativo à segunda convocação.
  5. Quórum de Instalação. Nos termos do § 3º, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á com a presença do Debenturista, ou, no caso de pluralidade de debenturistas, com no mínimo, metade das Debêntures em Circulação.
     1. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade do(s) Debenturista(s).
  6. Presidência da Assembleia. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
  7. Direito de Voto e Quórum de Deliberação. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.9 abaixo e por qualquer quórum previsto na presente Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) das Debêntures em Circulação, observado que enquanto a Securitizadora for titular das Debêntures, as disposições do Termo de Securitização e o que vier a ser deliberado pelos Titulares de CRA deverão ser por ela observados ao proferir seu voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
  8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; ou (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
  9. As seguintes alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, somente poderão ser realizadas mediante aprovação por titulares das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação: (a) a Remuneração das Debêntures; (b) a Fiança; (c) a alteração do Contrato de Garantia; (d) a Data de Pagamento da Remuneração; (e) o prazo de vencimento das Debêntures; (f) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (g) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula VI acima, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros, (h) a alteração das obrigações constantes da Cláusula VII acima, (i) a alteração dos quóruns qualificados expressamente previstos nesta Escritura de Emissão; (j) a inclusão de possibilidade de resgate; (k) a alteração nas características gerais das Debêntures descritas na Cláusula IV; e (l) alterações desta Cláusula IX.
  10. As deliberações relativas a aprovação de não adoção de qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão, que vise à defesa dos direitos e interesses dos Titulares dos CRA, incluindo a renúncia definitiva ou temporária de direitos (waiver), serão tomadas por (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas, quando em primeira convocação, ou (ii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas presentes, se em segunda convocação.
  11. Fica desde já certo e ajustado que os Debenturistas somente poderão se manifestar em Assembleia Geral de Debenturista conforme instruídos pelo Agente Fiduciário dos CRA ou qualquer representante legal dos Titulares dos CRA, após ter sido realizada uma Assembleia Geral de Titulares dos CRA de acordo com o Termo de Securitização.
  12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
  13. Participação da Emissora. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto (i) quando a Emissora convocar a referida Assembleia Geral de Debenturista, ou (ii) quando formalmente solicitado pela Debenturista, hipótese em que a presença da Emissora será obrigatória. Em ambos os casos citados anteriormente, caso a Emissora ainda assim não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturista, o procedimento deverá seguir normalmente, sendo válidas as deliberações nele tomadas.
  14. Participação do Agente Fiduciário dos CRA. O Agente Fiduciário dos CRA deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas.
  15. Sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, as Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser realizadas de forma exclusivamente ou parcialmente digital, observadas as disposições da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020.
  16. Em caso de conflito entre os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão e os quóruns previstos no Termo de Securitização, os quóruns previstos no Termo de Securitização deverão prevalecer e ser aplicados à presente Escritura de Emissão.

**CLÁUSULA X**

**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO GARANTIDOR**

* 1. A Emissora e o Garantidor declaram e garantem, individualmente e em relação a si próprios e solidariamente, ao Debenturista, que na Data de Emissão e em cada data de subscrição e integralização das Debêntures:

1. estão cientes de que as Debêntures da presente Emissão constituirão lastro da operação de Securitização que envolverá a emissão dos CRA, a ser disciplinada pelo Termo de Securitização, nos termos da Lei 11.076, Instrução CVM 476 e da Instrução CVM 600 e que será objeto da Oferta, bem como conhece e aceita a regulamentação aplicável ao crédito rural, assim como os precedentes da CVM em estruturas equivalentes, reconhecendo que a adequada e correta destinação dos recursos é essencial à operação de Securitização;
2. tem ciência da forma e condições dos CRA e do Termo de Securitização;
3. no caso da Emissora, é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
4. no caso do Garantidor, é pessoa capaz, idônea e não possui quaisquer restrições sobre os seus bens que possam limitar ou obstar que o Debenturista satisfaça seus créditos, caso a Emissora e/ou o Garantidor se tornem inadimplentes;
5. no caso do Garantidor, a Fiança ora prestada constitui obrigação legal, válida e vinculante do Garantidor, exequível de acordo com seus termos e condições;
6. estão devidamente autorizados a celebrar todos os Documentos da Operação, conforme o caso, e a cumprir todas as obrigações previstas aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações societárias necessárias para tanto;
7. os representantes legais que assinam os Documentos da Operação têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
8. a celebração e os termos e condições dos Documentos da Operação, e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, (a) não infringem o estatuto social, contrato social, acordos de sócios ou acionistas ou documentos equivalentes da Emissora; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual sejam parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora e/ou do Garantidor; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou do Garantidor (exceto pelas Garantias); ou (iii) rescisão de qualquer contratos ou instrumentos dos quais sejam parte;
9. todas as informações prestadas no âmbito da Emissão e do processo de *due diligence* são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
10. sua situação econômica, financeira e patrimonial, na Data de Emissão, não sofreu ou sofre qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
11. nenhum registro, consentimento, autorização, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para celebração e cumprimento dos Documentos da Operação ou para realização da Emissão, exceto (i) pela a inscrição desta Escritura de Emissão na JUCISRS; (ii) pela inscrição dos atos societários descritos na Cláusula 2.2 acima nas Juntas Comerciais competentes; (iii) pelo registros desta Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia nos competentes RTDs, conforme o caso;
12. os Documentos da Operação constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora e do Garantidor que são parte de tais instrumentos, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
13. não têm conhecimento da existência ou iminência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental a respeito de qualquer tema que envolva uma Lei Anticorrupção que não tenha sido informado por escrito ao Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA;
14. não têm conhecimento da existência ou iminência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental não incluída na alínea “(k)” acima que, nesta data, possa se esperar que resulte em Efeito Adverso Relevante, que não tenha sido informado por escrito ao Debenturista;
15. têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela B3, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
16. cumprem e fazem com que seus respectivos administradores e empregados, nos exercícios de suas funções, cumpram, com as Leis Anticorrupção;
17. cumprem com as normas aplicáveis a suas atividades e projetos, incluindo, mas não se limitando a regulamentação trabalhista em geral, salvo nos casos em que tal descumprimento não possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
18. cumpre integralmente as Leis Sociais, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável;
19. quando aplicáveis ao exercício de suas atividades, possuem todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para tanto, exceto (i) caso seja autorizada por lei ou ato de autoridade governamental ou judicial competente a manter suas operações mesmo sem possuir a referida licença ambiental; (ii) por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável; (iii) cujo pedido de obtenção ou renovação, quando aplicável, tenha sido tempestivamente solicitado ao órgão competente; e (iv) na medida em que a falta de tais autorizações ou licenças não resulte em um Efeito Adverso Relevante;
20. cumprem com as leis ambientais aplicáveis a suas atividades e projetos, exceto (i) nos casos em que tal descumprimento não possa resultar em Efeito Adverso Relevante (porém ressalvados os casos de reiterado e habitual descumprimento com relação a determinado dispositivo legal, mesmo que não resulte em Efeito Adverso Relevante); e (ii) por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável;
21. no seu melhor conhecimento, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e que tenham sua exigibilidade suspensa;
22. as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais findos em, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem, nos termos das normas contáveis aplicáveis, corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora naquelas datas;
23. no seu melhor conhecimento, até o presente momento, os bens e direitos objeto das Garantias Reais não são objeto de processo ou investigação, judicial ou extrajudicial, e não existem quaisquer discussões judiciais que vedem, restrinjam, reduzam ou limitem, de qualquer forma, a constituição e manutenção da garantia sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais em favor do Debenturista;
24. os ativos dados em garantia no âmbito das Garantias Reais não se qualificam como bens essenciais às atividades da Emissora e/ou do Garantidor com o sentido disposto no artigo 49, parágrafo 3º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (“LFRE”), como alterada de tempos em tempos (bens de capital necessários à sua atividade empresarial), e a Emissora e/ou o Garantidor não invocarão o referido dispositivo com o objetivo de impedir, suspender ou outro modo prejudicar a execução de qualquer obrigações prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Garantia e/ou em qualquer dos Documentos da Operação;
25. não têm conhecimento da existência, nesta data, de quaisquer contingências ou passivos ocultos de qualquer natureza, inclusive, mas não se limitando, fiscal ou previdenciária, civil, ambiental, propriedade intelectual e trabalhista, incorridos direta ou indiretamente, bem como cumprem regularmente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais e/ou tribunais relativos a questões administrativas, fiscais e previdenciárias, estando em dia com suas obrigações principais e acessórias;
26. no seu melhor conhecimento, a Emissora, o Garantidor ou qualquer de suas partes relacionadas, nem qualquer um de seus diretores, administradores, acionistas ou prepostos, atuando em favor de quaisquer destas é atualmente parte de qualquer processo criminal ou administrativo referente a corrupção de qualquer autoridade ou funcionário público, incluindo, mas não se limitando, a funcionários de empresas e organizações públicas, nem é alvo de qualquer investigação em curso;
27. desde a divulgação das suas últimas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas não verificou a ocorrência de qualquer evento que pudesse lhe causar um Efeito Adverso Relevante;
28. não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
29. as Debêntures, a Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora e do Garantidor, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil Brasileiro;
30. as informações públicas sobre a Emissora, constituem informações relevantes e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta e suficiente com relação ao investimento nos CRA, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
31. não omitiu ou omite ao Debenturista e/ou aos Titulares dos CRA nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento que, se revelado poderia, baseado em razoável presunção, afetar a tomada de decisão de investimento nos CRA pelos investidores;
32. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário dos CRA que impeça o Agente Fiduciário dos CRA de exercer plenamente suas funções;
33. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
34. seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua Emissão;
35. tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que a capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures; e
36. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Debenturista e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Debenturista, ou mesmo dos potenciais investidores, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos.
    1. Quanto às questões socioambientais, a Emissora e o Garantidor declaram e reconhecem que:
37. respeitam a legislação e regulamentação relacionadas ao meio ambiente, além de saúde e segurança do trabalho, bem como declaram que suas atividades não utilizam a mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, assim declaradas pela autoridade competente;
38. a utilização dos valores objeto desta Emissora não implicará violação da legislação socioambiental;
39. não incentivam ou se envolvem com a prostituição, além de respeitar e apoiar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente e asseguram a sua não participação na violação destes direitos;
40. não estiveram envolvidos ou se envolvem em casos relacionados a pornografia, bem como racismo ou mídias antidemocráticas (conforme definidos pela Lei Federal 7.170/1983);
41. não estiveram envolvidos ou se envolvem em casos relacionados à destruição de áreas de alto valor de conservação, entendidas como habitats naturais onde esses valores são considerados de significância excepcional ou importância crítica. Para fins desta cláusula, destruição significa a (i) eliminação ou diminuição severa da integridade de uma área causada por uma grande mudança de longo prazo no uso da terra ou da água; ou (ii) modificação de um habitat de tal forma que a capacidade da área de manter seu papel está perdido;
42. não desenvolveram ou desenvolvem atividades ou fazem uso de materiais considerados como ilegais de acordo com a legislação local. Entende-se como legislação local (i) a Norma Interministerial 19/1981 e o Decreto Federal Brasileiro 5472/2005, que se relacionam com substâncias que destroem a camada de ozônio, PCBs (Bifenilos Policlorados) e outros produtos farmacêuticos perigosos, pesticidas / herbicidas ou produtos químicos específicos; (ii) a Convenção que trata do Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, ratificado em 1975, que se relaciona com a fauna bravia ou produtos regulamentados pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção ou Fauna e Flora Selvagens (CITES); (iii) a Lei Federal 11.959/2009 e Normas Interministeriais 11/2012 e 12/2012, que tratam dos métodos de pesca não sustentáveis; e (iv) o Decreto Federal 875/2013 que retificou a Convenção de Basileia e que trata do comércio transfronteiriço de resíduos perigoso;
43. não utilizaram ou utilizam materiais radioativos e fibras de amianto;
44. monitoram suas atividades de forma a identificar e mitigar os impactos ambientais não antevistos no momento da contratação de crédito;
45. no caso de descumprimento de obrigação ambiental ou existência de trabalho análogo ao escravo ou infantil por parte de fornecedor direto e relevante, a Emissora deverá avisar ao Debenturista, em até 5 (cinco) Dias Úteis deste descumprimento, assim como se compromete a indicar as medidas adotadas para endereçamento deste assunto; e
46. realizam o engajamento com comunidades locais e suas decisões são baseadas no interesse de todas as partes interessadas e/ou envolvidas na sua atividade empresarial, buscando mitigar riscos de conflito e abarcar os interesses diversos da comunidade em que atuam.
    1. Sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, a Emissora e o Garantidor obrigam-se a notificar o Debenturista e o Agente Fiduciário dos CRA, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

**CLÁUSULA XI**

**OBRIGAÇÕES ANTICORRUPÇÃO**

* 1. A Emissora e o Garantidor, bem como seus conselheiros, sócios, diretores, colaboradores, agentes, empregados, subcontratados, fornecedores, investidores e terceiros, ou qualquer pessoa agindo em nome da Emissora ou do Garantidor ou das pessoas anteriormente especificadas não pode (em conjunto as “Obrigações Anticorrupção”):

1. ter utilizado ou utilizar recursos para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política;
2. ter realizado ou realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável;
3. oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Escritura de Emissão, ou de outra forma a ele não relacionada;
4. de qualquer maneira fraudar as disposições desta Escritura de Emissão; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, que viole qualquer lei aplicável.
   1. A Emissora e o Garantidor devem ter conduzido seus negócios em conformidade com a legislação anticorrupção aplicável às quais ele pode estar sujeito, bem como ter instituído e mantido, bem como continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia das Obrigações Anticorrupção.
   2. A Emissora e o Garantidor deverão informar imediatamente, por escrito, ao Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer. Esta é uma obrigação permanente e deverá perdurar até o término do presente instrumento.
   3. A Emissora e o Garantidor devem: (a) sempre cumprir estritamente as Obrigações Anticorrupção; (b) monitorar seus conselheiros, sócios, diretores, colaboradores, agentes, empregados, subcontratados, fornecedores, investidores e terceiros que estejam agindo por sua conta, em seu nome, ou em nome do Debenturista para garantir o cumprimento das Obrigações Anticorrupção; e (c) deixar claro em todas as suas transações em nome do Debenturista, que o Debenturista exige cumprimento às Obrigações Anticorrupção.

**CLÁUSULA XII**

**LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

* 1. A Emitente e o Garantidor consentem, de maneira livre, esclarecida e inequívoca, com a utilização de seus dados pessoais para a realização da operação de crédito ora estabelecida, nos termos e propósitos contidos nos Documentos da Operação, autorizando expressamente, desde já, o compartilhamento destas informações com as partes envolvidas.

**CLÁUSULA XIII**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

* 1. **Comunicações**
     1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

1. Para a Emissora:

**RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.**

Rua Alcides Longhi, 220, Loteamento Villagio Iguatemi, bairro Sanvitto

CEP 95.012-348, Caxias do Sul – RS

At.: Roberto Tonietto

Telefone: 54 3025 9808

E-mail: roberto.tonietto@rodoil.com.br

1. Para o Debenturista:

**OPEA SECURITIZADORA S.A.**

Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Europa

CEP 01455-00, São Paulo, SP

At.: Flavia Palacios

Tel.: 11 31272700

E-mail: [servicing@opeacapital.com](mailto:servicing@opeacapital.com) / juridico@opeacapital.com

1. Para o Garantidor:

**ROBERTO TONIETTO**

Rua Alcides Longui, 220, Caxias do Sul/RS, CEP 95012-348

Telefone: (54) 99676-5666

E-mail: roberto.tonietto@rodoil.com.br

* + 1. As comunicações serão consideradas entregues eletronicamente, com aviso de entrega, ou quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de entrega ou recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão.
    2. O Garantidor neste ato constitui a Emissora como sua procuradora para receber e responder em seu nome todas e quaisquer notificações e/ou comunicações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação.

* 1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Debenturista em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
  2. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão, a formalização das Garantias e/ou demais Documentos da Operação e/ou com a execução de valores devidos nos termos destes documentos publicações, inscrições, registros, averbações, contratação dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora e serão reembolsadas em 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.
  3. As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil.
  4. Para os fins desta Escritura de Emissão, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
  5. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora, do Garantidor e do Debenturista, inscritos na JUCISRS e nos RTDs, nos termos da Cláusula 2.3 acima.
  6. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora e seus sucessores a qualquer título.
  7. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, a Emissora desde já se compromete a celebrar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo da Emissora quando da celebração da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
  8. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
  9. Os prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.
  10. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
  11. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
  12. Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.
  13. As Partes poderão celebrar a presente Escritura de Emissão por meio eletrônico, caso em que serão consideradas válidas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, firmam esta Escritura de Emissão, de forma eletrônica, digital e informático, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Caxias do Sul, 18 de março de 2022.

*(Restante desta página intencionalmente deixado em branco. Seguem páginas de assinatura)*

(*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A.)*

|  |  |
| --- | --- |
| **RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.** | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome: Marley de Brito Almeida  Cargo: Diretor Financeiro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome: Roberto Tonietto  Cargo: Diretor Presidente |

(*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A.)*

|  |  |
| --- | --- |
| **OPEA SECURITIZADORA S.A.** | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome: Marcelo Leitão da Silveira  Cargo: Diretor | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome: Sofia Guerra Fernandes Moreira  Cargo: Procuradora |

(*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A.)*

**ROBERTO TONIETTO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Roberto Tonietto

CPF: 477.578.920-15

(*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A.)*

**TESTEMUNHAS**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome: Deoclides Rech Júnior  CPF: 007.728.650-27 | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome: Vinicius Moreira Pádua  CPF: 430.438.088-51 |

**Anexo I**

Cronograma de Pagamento do Valor Nominal Unitário

1. Debêntures da 1ª Série

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Parcela** | **Data de Pagamento das Debêntures da 1ª Série** | **Pagamento de Juros Remuneratórios** | **Percentual amortizado das Debêntures da 1ª Série** |
| **1** | 07/04/22 | Sim | 0,0000% |
| **2** | 06/05/22 | Sim | 0,0000% |
| **3** | 07/06/22 | Sim | 0,0000% |
| **4** | 07/07/22 | Sim | 0,0000% |
| **5** | 05/08/22 | Sim | 0,0000% |
| **6** | 08/09/22 | Sim | 0,0000% |
| **7** | 07/10/22 | Sim | 0,0000% |
| **8** | 08/11/22 | Sim | 0,0000% |
| **9** | 07/12/22 | Sim | 0,0000% |
| **10** | 06/01/23 | Sim | 0,0000% |
| **11** | 07/02/23 | Sim | 0,0000% |
| **12** | 07/03/23 | Sim | 0,0000% |
| **13** | 10/04/23 | Sim | 0,0000% |
| **14** | 08/05/23 | Sim | 0,0000% |
| **15** | 07/06/23 | Sim | 0,0000% |
| **16** | 07/07/23 | Sim | 0,0000% |
| **17** | 07/08/23 | Sim | 0,0000% |
| **18** | 08/09/23 | Sim | 0,0000% |
| **19** | 06/10/23 | Sim | 0,0000% |
| **20** | 08/11/23 | Sim | 0,0000% |
| **21** | 07/12/23 | Sim | 0,0000% |
| **22** | 08/01/24 | Sim | 0,0000% |
| **23** | 07/02/24 | Sim | 0,0000% |
| **24** | 07/03/24 | Sim | 0,0000% |
| **25** | 05/04/24 | Sim | 0,0000% |
| **26** | 08/05/24 | Sim | 0,0000% |
| **27** | 07/06/24 | Sim | 0,0000% |
| **28** | 05/07/24 | Sim | 0,0000% |
| **29** | 07/08/24 | Sim | 0,0000% |
| **30** | 06/09/24 | Sim | 0,0000% |
| **31** | 07/10/24 | Sim | 0,0000% |
| **32** | 07/11/24 | Sim | 0,0000% |
| **33** | 06/12/24 | Sim | 0,0000% |
| **34** | 08/01/25 | Sim | 0,0000% |
| **35** | 07/02/25 | Sim | 0,0000% |
| **36** | 11/03/25 | Sim | 0,0000% |
| **37** | 07/04/25 | Sim | 4,1666% |
| **38** | 08/05/25 | Sim | 4,3478% |
| **39** | 06/06/25 | Sim | 4,5454% |
| **40** | 07/07/25 | Sim | 4,7619% |
| **41** | 07/08/25 | Sim | 5,0000% |
| **42** | 05/09/25 | Sim | 5,2631% |
| **43** | 07/10/25 | Sim | 5,5555% |
| **44** | 07/11/25 | Sim | 5,8823% |
| **45** | 05/12/25 | Sim | 6,2500% |
| **46** | 08/01/26 | Sim | 6,6666% |
| **47** | 06/02/26 | Sim | 7,1428% |
| **48** | 06/03/26 | Sim | 7,6923% |
| **49** | 08/04/26 | Sim | 8,3333% |
| **50** | 08/05/26 | Sim | 9,0909% |
| **51** | 08/06/26 | Sim | 10,0000% |
| **52** | 07/07/26 | Sim | 11,1111% |
| **53** | 07/08/26 | Sim | 12,5000% |
| **54** | 08/09/26 | Sim | 14,2857% |
| **55** | 07/10/26 | Sim | 16,6666% |
| **56** | 09/11/26 | Sim | 20,0000% |
| **57** | 07/12/26 | Sim | 25,0000% |
| **58** | 08/01/27 | Sim | 33,3333% |
| **59** | 05/02/27 | Sim | 50,0000% |
| **60** | 05/03/27 | Sim | 100,0000% |

1. Debêntures da 2ª Série

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Parcela** | **Data de Pagamento das Debêntures da 2ª Série** | **Pagamento de Juros Remuneratórios** | **Percentual amortizado das Debêntures da 2ª Série** |
| **1** | 07/04/22 | Sim | 0,0000% |
| **2** | 06/05/22 | Sim | 0,0000% |
| **3** | 07/06/22 | Sim | 0,0000% |
| **4** | 07/07/22 | Sim | 0,0000% |
| **5** | 05/08/22 | Sim | 0,0000% |
| **6** | 08/09/22 | Sim | 0,0000% |
| **7** | 07/10/22 | Sim | 0,0000% |
| **8** | 08/11/22 | Sim | 0,0000% |
| **9** | 07/12/22 | Sim | 0,0000% |
| **10** | 06/01/23 | Sim | 0,0000% |
| **11** | 07/02/23 | Sim | 0,0000% |
| **12** | 07/03/23 | Sim | 0,0000% |
| **13** | 10/04/23 | Sim | 0,0000% |
| **14** | 08/05/23 | Sim | 0,0000% |
| **15** | 07/06/23 | Sim | 0,0000% |
| **16** | 07/07/23 | Sim | 0,0000% |
| **17** | 07/08/23 | Sim | 0,0000% |
| **18** | 08/09/23 | Sim | 0,0000% |
| **19** | 06/10/23 | Sim | 0,0000% |
| **20** | 08/11/23 | Sim | 0,0000% |
| **21** | 07/12/23 | Sim | 0,0000% |
| **22** | 08/01/24 | Sim | 0,0000% |
| **23** | 07/02/24 | Sim | 0,0000% |
| **24** | 07/03/24 | Sim | 0,0000% |
| **25** | 05/04/24 | Sim | 0,0000% |
| **26** | 08/05/24 | Sim | 0,0000% |
| **27** | 07/06/24 | Sim | 0,0000% |
| **28** | 05/07/24 | Sim | 0,0000% |
| **29** | 07/08/24 | Sim | 0,0000% |
| **30** | 06/09/24 | Sim | 0,0000% |
| **31** | 07/10/24 | Sim | 0,0000% |
| **32** | 07/11/24 | Sim | 0,0000% |
| **33** | 06/12/24 | Sim | 0,0000% |
| **34** | 08/01/25 | Sim | 0,0000% |
| **35** | 07/02/25 | Sim | 0,0000% |
| **36** | 11/03/25 | Sim | 0,0000% |
| **37** | 07/04/25 | Sim | 2,7777% |
| **38** | 08/05/25 | Sim | 2,8571% |
| **39** | 06/06/25 | Sim | 2,9411% |
| **40** | 07/07/25 | Sim | 3,0303% |
| **41** | 07/08/25 | Sim | 3,1250% |
| **42** | 05/09/25 | Sim | 3,2258% |
| **43** | 07/10/25 | Sim | 3,3333% |
| **44** | 07/11/25 | Sim | 3,4482% |
| **45** | 05/12/25 | Sim | 3,5714% |
| **46** | 08/01/26 | Sim | 3,7037% |
| **47** | 06/02/26 | Sim | 3,8461% |
| **48** | 06/03/26 | Sim | 4,0000% |
| **49** | 08/04/26 | Sim | 4,1666% |
| **50** | 08/05/26 | Sim | 4,3478% |
| **51** | 08/06/26 | Sim | 4,5454% |
| **52** | 07/07/26 | Sim | 4,7619% |
| **53** | 07/08/26 | Sim | 5,0000% |
| **54** | 08/09/26 | Sim | 5,2631% |
| **55** | 07/10/26 | Sim | 5,5555% |
| **56** | 09/11/26 | Sim | 5,8823% |
| **57** | 07/12/26 | Sim | 6,2500% |
| **58** | 08/01/27 | Sim | 6,6666% |
| **59** | 05/02/27 | Sim | 7,1428% |
| **60** | 05/03/27 | Sim | 7,6923% |
| **61** | 07/04/27 | Sim | 8,3333% |
| **62** | 07/05/27 | Sim | 9,0909% |
| **63** | 07/06/27 | Sim | 10,0000% |
| **64** | 07/07/27 | Sim | 11,1111% |
| **65** | 06/08/27 | Sim | 12,5000% |
| **66** | 08/09/27 | Sim | 14,2857% |
| **67** | 07/10/27 | Sim | 16,6666% |
| **68** | 08/11/27 | Sim | 20,0000% |
| **69** | 07/12/27 | Sim | 25,0000% |
| **70** | 07/01/28 | Sim | 33,3333% |
| **71** | 07/02/28 | Sim | 50,0000% |
| **72** | 07/03/28 | Sim | 100,0000% |

**Anexo II**

Cronograma Indicativo

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DATA** | **PERCENTUAL A SER UTILIZADO** | **VALOR A SER UTILIZADO** | **MONTANTE DE RECURSOS JÁ PROGRAMADOS EM FUNÇÃO DE OUTROS CRA JÁ EMITIDOS (R$)** |
| Data emissão até 6 meses | 10% | R$ 10.000.000,00 | 0 |
| De 6 meses a 12 meses | 50% | R$ 50.000.000,00 | 0 |
| De 12 meses a 18 meses | 20% | R$ 20.000.000,00 | 0 |
| De 18 meses a 24 meses | 10% | R$ 10.000.000,00 | 0 |
| De 24 meses a 30 meses | 10% | R$ 10.000.000,00 | 0 |
| De 30 meses a 36 meses | 0% | R$ 0,00 | 0 |
| De 36 meses a 42 meses | 0% | R$ 0,00 | 0 |
| De 42 meses a 48 meses | 0% | R$ 0,00 | 0 |
| De 48 meses a 54 meses | 0% | R$ 0,00 | 0 |
| De 54 meses a 60 meses | 0% | R$ 0,00 | 0 |
| **Total** | 100% | R$ 100.000.000,00 | **0** |

Este cronograma é indicativo e não vinculante, sendo que, caso necessário, considerando a dinâmica comercial do setor no qual atua, a Emissora poderá destinar os recursos provenientes da integralização das Debêntures em datas diversas das previstas neste Cronograma Indicativo, observada a obrigação desta de realizar a integral Destinação de Recursos até a Data de Vencimento ou até que a Emissora comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos com a Emissão, o que ocorrer primeiro.

Por se tratar de cronograma tentativo e indicativo, se, por qualquer motivo, ocorrer qualquer atraso ou antecipação do Cronograma Indicativo: (i) não será necessário notificar o Agente Fiduciário dos CRA, bem como tampouco aditar esta Escritura ou quaisquer outros documentos da Emissão; e (ii) não será configurada qualquer hipótese de vencimento antecipado ou resgate antecipado das Debêntures, desde que a Emissora realize a integral Destinação de Recursos até a Data de Vencimento dos CRA. Fica facultado à Emissora adquirir montantes de produtos agropecuários dos produtores rurais superiores aos volumes que serão utilizados para realização da Destinação de Recursos no âmbito desta Emissão, tendo em vista a sua demanda sazonal por produtos agropecuários.

O Cronograma Indicativo da destinação dos recursos pela Emissora é feito com base na sua capacidade de aplicação de recursos dado (i) o histórico de recursos por ela aplicados nas atividades, no âmbito da indústria e comércio de etanol e biodiesel, em especial por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com a produção, processamento, industrialização, comercialização, compra, venda, importação, exportação, distribuição e/ou beneficiamento de etanol e biodiesel; e (ii) a projeção dos recursos a serem investidos em tais atividades foi feita conforme tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Compra de Etanol** | |
| 01 a 12 de 2019 | R$ 392.124.990,60 |
| 01 a 12 de 2020 | R$ 361.131.585,20 |
| 01 a 12 de 2021 | R$ 611.042.348,80 |
| **Total** | R$ 1.364.298.924,60 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Compra de Biodiesel** | |
| 01 a 12 de 2019 | R$ 168.497.510,54 |
| 01 a 12 de 2020 | R$ 312.054.350,40 |
| 01 a 12 de 2021 | R$ 287.333.154,20 |
| **Total** | R$ 767.885.015,14 |

**Anexo III**

À

**OPEA SECURITIZADORA S.A.**

[endereço]

At.: [•]

Telefone: [•]

E-mail: [•]

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Rua Joaquim Floriano, 1052 – Sala 132, 13º Andar, Itaim Bibi

CEP 04534-0004, São Paulo – SP

Tel.: [•]

At: [•]

E-mail: [•]

***Ref.: Notificação sobre o Produtor Rural – 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da RodOil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Emissão" e "Emissora", respectivamente).***

Prezados,

No âmbito dos termos e condições acordados no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A*." celebrado em 18 de março de 2022 ("Escritura de Emissão") ficou estabelecido que os Recursos líquidos obtidos pela RodOil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Companhia") com a emissão de Debêntures seriam destinados, pela Companhia, à aquisição, pela Companhia, de etanol e biodiesel de produtores rurais (conforme caracterizados nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009), nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei n° 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e do parágrafo 4º, inciso II, e parágrafo 7º, ambos do artigo 3º da Instrução CVM 600, até a Data de Vencimento ou até que a Companhia comprove a aplicação da totalidade dos Recursos obtidos com a Emissão, o que ocorrer primeiro.

Em conformidade com a Cláusula 3.5.3 da Escritura de Emissão, a Companhia vem, por meio desta, notificar ao Agente Fiduciário dos CRA, na qualidade de representante dos Titulares dos CRA, bem como a Securitizadora e a CVM, indicando os produtores rurais aos quais serão destinados os recursos provenientes da integralização das Debêntures, de forma a cumprir os requisitos previstos na Lei 11.076 e Instrução CVM 600, conforme características descritas abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Razão Social / Nome do Produtor Rural** | **CNPJ / CPF** | **Produtor Rural**  **(Inscrição Estadual/CNAE)** | **Nº do Contrato** | **Volume (m³)** | **Vencimento** |
| ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S/A | 07903169000109 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | S/N | 30.000 | 31/05/22 |
| USINA ELDORADO AS | 05620523000235 | 19.31-4-00 - Fabricação de álcool | S/N | 30.000 | 31/05/22 |
| RAIZEN CAARAPO ACUCAR E ALCOOL LTDA | 09538989000166 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | 179079 | 36.000 | 31/05/22 |
| BIOSEV S.A. | 15527906003585 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | N/A – Mercado Spot | - | - |
| OLEO VEGETAIS PLANALTO | 88676127000257 | 19.32-2-00 - Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool | N/A – Mercado Spot | - | - |
| JBS S.A p/ TOWER | 02916265013300 | 19.32-2-00 - Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool | N/A – Mercado Spot | - | - |
| BIANCHINI SA | 87548020000260 | 10.41-4-00 - Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho | N/A – Mercado Spot | - | - |
| RAIZEN ENERGIA S.A | 08070508006885 | 19.31-4-00 - Fabricação de álcool | N/A – Mercado Spot | - | - |
| ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S/A | 07903169001768 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | N/A – Mercado Spot | - | - |
| RAIZEN PARAGUACU LTDA | 52189420000919 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | N/A – Mercado Spot | - | - |
| RAIZEN PARAGUACU LTDA | 52189420001052 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | N/A – Mercado Spot | - | - |
| USINA ALTO ALEGRE S A ACUCAR E ALCOOL | 48295562001450 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | N/A – Mercado Spot | - | - |
| DESTILARIA PARAGUACU LTDA NOVA AMERICA | 52189420000161 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | N/A – Mercado Spot | - | - |
| DA MATA SA ACUCAR E ALCOOL | 08110543000173 | 19.31-4-00 - Fabricação de álcool | N/A – Mercado Spot | - | - |
| USINA ALTO ALEGRE S A ACUCAR E ALCOOL | 48295562001884 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | N/A – Mercado Spot | - | - |
| USINA OUROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA | 05553456000100 | 10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto | N/A – Mercado Spot | - | - |
| OLFAR S A ALIMENTO E ENERGIA | 91830836000683 | 19.32-2-00 - Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool | N/A – Mercado Spot | - | - |
| BOCCHI INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS L | 02987873001056 | 19.32-2-00 - Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool | N/A – Mercado Spot | - | - |
| CAMERA AGROINDUSTRIAL S A | 98248644002656 | 19.32-2-00 - Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool | N/A – Mercado Spot | - | - |
| BSBIOS IND COM BIODIESEL SUL BRASIL SA | 07322382000119 | 19.32-2-00 - Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool | N/A – Mercado Spot | - | - |

Os representantes legais da Companhia declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, que as informações aqui apresentadas são verídicas.

**As informações constantes da presente notificação são confidenciais, prestadas exclusivamente ao Agente Fiduciário dos CRA, à Securitizadora e à CVM não devendo ser de forma alguma divulgadas a quaisquer terceiros, seja total ou parcialmente, sem a prévia e expressa aprovação pela Companhia, exceto em decorrência de ordem administrativa ou judicial.**

Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos neste instrumento, terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Caxias do Sul, 18 de março de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.**

**Anexo IV**

Modelo de Relatório

***Ref.: Relatório de Comprovação de Destinação de Recursos – 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da RodOil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Emissão" e "Emissora", respectivamente).***

Prezados,

No âmbito dos termos e condições acordados no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A*." celebrado em 18 de março de 2022 ("Escritura de Emissão") ficou estabelecido que os Recursos líquidos obtidos pela Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Companhia") com a emissão de Debêntures seriam destinados pela Companhia, à aquisição, pela Emissora, de etanol e biodiesel em pé de produtores rurais (conforme caracterizados nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009), nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei n° 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e do parágrafo 4º, inciso II, e parágrafo 7º, ambos do artigo 3º da Instrução CVM 600, até a Data de Vencimento ou até que a Companhia comprove a aplicação da totalidade dos Recursos obtidos com a Emissão, o que ocorrer primeiro.

Em conformidade com a Cláusula 3.5.6 da Escritura de Emissão, a Companhia obrigou-se a comprovar a destinação dos Recursos, exclusivamente por meio deste relatório (i) nos termos do parágrafo 8º do artigo 3º da Instrução CVM 600, a cada 6 (seis) meses contados da Data da 1ª Integralização, até a data de liquidação integral dos CRA ou até que se comprove a aplicação da totalidade dos Recursos obtidos, o que ocorrer primeiro; (ii) na data de pagamento da totalidade dos valores devidos pela Emissora no âmbito da emissão das Debêntures em virtude de Resgate Antecipado Facultativa, de Amortização Extraordinária Facultativa ou do vencimento antecipado das Debêntures, a fim de comprovar o emprego dos Recursos oriundos das Debêntures; e/ou (iii) dentro do prazo solicitado por Autoridades ou órgãos reguladores, regulamentos, leis ou determinações judiciais, administrativas ou arbitrais.

Neste sentido, a Companhia, por meio desta notificação, encaminha ao Agente Fiduciário dos CRA, na qualidade de representante dos Titulares dos CRA, o relatório de comprovação da Destinação de Recursos, de forma a cumprir os requisitos previstos na Lei 11.076/04 e Instrução CVM nº 600, conforme características descritas abaixo:

Período: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 20\_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 20\_\_\_\_\_

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº da Nota Fiscal** | **Descrição do Produto** | **Razão Social do Fornecedor** | **Valor Total do Produto (R$)** | **Porcentagem do Lastro utilizado (%)** |
| [•] | [•] | [•] | [•] | [•] |

Os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, que **(i)** as informações aqui apresentadas são verídicas, assim como as notas fiscais, notas fiscais de transferência e/ou faturas, digitalizadas, que seguem em anexo; **(ii)** os Recursos recebidos em virtude da integralização da Emissão foram utilizados, até a presente data, para a finalidade prevista na Cláusula 3.5 da Escritura de Emissão, conforme descrito no presente relatório; e **(iii)** as notas fiscais acima e demais documentos acima elencados não foram utilizados para fins de comprovação de destinação de recursos de nenhum outro instrumento de dívida emitido pela Emissora utilizado como lastro de operações de emissão de certificados de recebíveis do agronegócio.

**As informações constantes da presente notificação são confidenciais, prestadas exclusivamente ao Agente Fiduciário dos CRA, não devendo ser de forma alguma divulgadas a quaisquer terceiros, seja total ou parcialmente, sem a prévia e expressa aprovação pela Companhia, exceto em decorrência de ordem administrativa ou judicial.**

Os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos neste instrumento, terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.**